



Guerra, deslocamentos forçados e
resposta à crise em Cabo Delgado

Moçambique



Informativo de
Ayuda en Acción

Coordenação
Jesús Pérez Marty

Fotos
Ayuda en Acción e Gernika Gogoratuz



Elaborado por
Gernika Gogoratuz
Centro de Investigação pela Paz

Autores/as
Jokin Alberdi
Teresa Cunha
Liliana Zambrano
Aventina Matusse
Alberto Ernesto
Lázaro Cossa

Tradução Espanhol/Português
Nayara Homem

Revisão ortográfica Português
Hugo Homem

Índice de conteúdos

Introdução e contexto do estudo	04
Capítulo 1. Conflito armado, causas e fluxos de deslocamento interno em Cabo Delgado	10
Capítulo 2. Descrição do processo de chegada e das condições de estabelecimento e acolhimento	26
Capítulo 3. Processos de integração e regresso	46
Capítulo 4. Análise de riscos e conflitos nos processos de acolhimento e integração das comunidades deslocadas	54
Capítulo 5. Conclusões e recomendações	62

Introdução e contexto do estudo

Desde outubro de 2017, a província de Cabo Delgado, em Moçambique, tem sido assolada pelo fenómeno da violência armada. Como consequência, 946.508 pessoas foram deslocadas para a região sul da província para outras áreas do país até junho de 2022¹ e 4.398 vítimas fatais foram registadas².

Entre as causas da violência que foram apontadas estão: conflitos religiosos entre diferentes denominações islâmicas, interesses sobre a terra e recursos naturais da região, presença de grandes projetos de extração (com o maior investimento na história da África Austral no projeto de extração de gás da Bacia de Rovuma), pobreza e desigualdade, tráfico ilegal de drogas, marfim e pedras preciosas, entre outras.

Historicamente, a província de Cabo Delgado tem apresentado alguns dos índices de

desenvolvimento mais baixos de Moçambique. A taxa de analfabetismo é de 53%, a esperança média de vida está nos 48 anos³ e a média de gastos mensais por pessoa em 2015 era de 34 euros⁴.

Em 2006 a Fundação Ayuda en Acción começa a atuar diretamente em Cabo Delgado. Desde 2019, tem trabalhado na resposta à crise dos deslocados internos, com programas nas áreas de abrigo, proteção, gestão de acampamentos, água e saneamento básico, com uma abordagem de emergência para atender às necessidades básicas. Além dessa resposta emergencial à crise dos deslocados internos, a Fundação Ayuda en Acción também trabalha na geração de oportunidades económicas e de educação nas áreas de acolhimento.


Há mais de 5 anos que Gernika Gogoratz e o Centro de Estudios y Acción para la Paz

1. Organização Internacional para Migrações (2022). *Matriz de rastreamento de deslocamento*. Baseline Assessment Round 16 (maio a junho de 2022).

2. Armed Conflict Location and Event Data Project (2022). *Cabo Ligado*. Weekly 31 de outubro a 06 de novembro.

3. Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (2021). *Malamulelo*. Suplemento Cabo Delgado.

4. Instituto Nacional de Estatísticas (2015). *Relatório final do Inquérito ao Orçamento Familiar*. IOF 2014/15. Maputo



têm desenvolvido um processo de pesquisa e participação no norte de Moçambique, no âmbito do projeto Territórios em Conflito, visando construir um plano de ações para a paz e a convivência em Cabo Delgado, protagonizado pelas comunidades deslocadas.

Este relatório soma-se a outras iniciativas e pesquisas realizadas por GgG, CEAP e AeA, com o objetivo de contribuir crítica e construtivamente para a análise do conflito armado e da resposta. As três organizações reconhecem que uma compreensão mais profunda da realidade de Cabo Delgado é necessária para avançar na melhoria da situação das pessoas afetadas por esta guerra, exigindo análises complexas, a incorporação de abordagens que revelem as insuficiências das atuais operações de desenvolvimento, humanitárias e militares, e que promovam a participação e o fortalecimento da agência das comunidades deslocadas e dos habitantes de Cabo Delgado.

O estudo tem como objetivo aprofundar o

conhecimento local e a compreensão do contexto, capacidades e estratégias dos atores e instituições, assim como os processos de deslocamentos forçados internos na província de Cabo Delgado.

Compreendemos os deslocamentos forçados internos a partir de um paradigma que reconhece a complexidade desses fenómenos, entendendo as dificuldades enfrentadas pelas populações deslocadas de uma perspectiva processual que integra as diferentes fases do deslocamento (saída, chegada e integração/regresso) e considerando os deslocados não apenas como vítimas, mas também como agentes ativos com suas experiências, capacidades e expectativas que moldam suas estratégias de sobrevivência e integração em contextos caracterizados por complexidade e altos índices de escassez de recursos para essa integração.

Acreditamos que é importante não apenas prestar atenção à população deslocada. A população de acolhimento, dadas as condições de pobreza preexistentes e a falta de infraestrutura e serviços básicos,

Grande parte do peso da crise dos deslocados internos está a receber suporte de uma comunidade com condições iniciais precárias

desempenha um papel importante. A sua capacidade de apoio social é um elemento fundamental, portanto, as intervenções devem ter uma abordagem holística: por um lado, atender às necessidades dos deslocados e, por outro, aumentar a disponibilidade e acesso a bens e serviços essenciais nas comunidades de acolhimento.

As redes sociais de apoio local (parentesco, religião, etnia, origem, profissão, vizinhança, etc.) sustentam a maioria das populações deslocadas em Cabo Delgado. Neste momento, grande parte do peso da crise dos deslocados internos está a receber suporte de uma comunidade com condições iniciais precárias que, com a chegada dos deslocados, vê a sua situação de pobreza agravar-se, introduzindo importantes fatores de tensão social que podem levar a conflitos e ruptura dessas redes, aprofundando a crise e levando a incidentes violentos quando não atendidos adequadamente.

Além dos acordos internacionais e figuras legais que definem os deslocados como sujeitos de direitos, entendemos que a figura do deslocado deve ser compreendida, seguindo a abordagem de

Refslund Sorensen⁵, a partir das seguintes premissas:

- A importância de não apenas explicar "por que" e "como" as populações de deslocados internos chegaram ao seu estado atual, mas também questionar "o que vem a seguir?".
- A heterogeneidade das populações com diferentes identidades e posições que são obscurecidas pela categoria homogênea de "deslocados internos".
- Os deslocados, assim como todos os outros grupos sociais, consideram suas opções e agem estrategicamente para alcançar seus objetivos individuais.
- Os deslocados internos não estão necessariamente enraizados em casa: muitos desejam mudar-se para outros lugares, explorar outras possibilidades e ter novas vidas.

Sorensen, B. R. (2003). *Researching internal displacement: what is our field and what is our goal?*. Trondheim Conference, Norway.



A nossa estratégia de intervenção deve ser sensível aos contextos locais, do ponto de vista do processo de deslocamento forçado. Para alcançar esse objetivo, é fundamental identificar o perfil dos deslocados internos e das redes de apoio social, assim como compreender sua identificação e os mecanismos sociais que nelas atuam.

As pessoas obrigadas a fugir da violência carregam uma experiência marcada pelo deslocamento forçado. É importante entender suas vidas a partir de uma perspectiva processual, em constante mudança, e como a memória atua sobre elas, gerando respostas adaptativas às novas situações, assim como influencia suas expectativas para o futuro. A pessoa deslocada constrói novos mundos de vida a partir da memória, da tradição e das suas capacidades. O deslocamento é um momento traumático da experiência e constitui-se como um referencial para reorganizar e reinterpretar sua história, cultura, sociedade e identidade em sentido amplo.

O prolongamento da guerra e a resposta humanitária têm levantado o debate sobre como avançar numa abordagem de

triplo nexos que sincronize as iniciativas humanitárias, de desenvolvimento e paz, visando reduzir as vulnerabilidades das pessoas deslocadas internamente, ao mesmo tempo em que se põe fim à violência direta provocada por grupos armados, inicia-se a reconstrução pós-conflito e fortalece-se a coesão entre as comunidades deslocadas e de acolhimento. Com esta pesquisa, a partir de um conhecimento baseado no contexto local e na interpretação das diversas realidades sociais, utilizando ferramentas teórico-analíticas feministas, decoloniais e de economia política crítica, pretende-se focar na necessidade de mudança de rumo, levando em consideração as explicações, narrativas e propostas baseadas nos conhecimentos e experiências das pessoas afetadas, e orientando as iniciativas de ajuda humanitária, desenvolvimento e paz para fortalecer a agência das redes das comunidades deslocadas e das populações de acolhimento.

Para a realização do estudo, foi formada uma equipa de trabalho interdisciplinar, composta por mulheres e homens, tanto locais como internacionais, com o objetivo não apenas de recolher informações, mas

também de gerar debates e reflexões internos e externos que permitissem uma compreensão sistémica e processual da complexidade da realidade atual em Cabo Delgado, incluindo também as próprias comunidades deslocadas e os habitantes da região no processo de construção da paz no seu próprio território.

Propomos uma pesquisa feminista a partir das epistemologias do sul (Santos, 2019⁶; Cunha & Casimiro, 2019⁷), baseada numa abordagem de capacidades (Dubois, 2019)⁸, que visa a construção participativa da paz (Ramos, 2019)⁹. Pretende ser um trabalho crítico, que aprofunda a compreensão da complexidade da realidade atual no norte de Moçambique, dos conflitos e situações de violência que estão a causar deslocamentos forçados, com o objetivo final de gerar propostas criativas, viáveis e adequadas localmente, que facilitem tanto os processos de acolhimento e resposta humanitária como soluções duradouras que fortaleçam as capacidades das populações de Cabo Delgado. Para isso, é essencial ter em conta as idiosincrasias, expectativas e cultura das pessoas. É fundamental criar espaços para conversas projetivas e proativas entre as comunidades afetadas e outros atores, de

modo a definir iniciativas concretas para o seu bem-estar e para a paz, procurando encerrar as atuais dependências e submissões.

Para encontrar soluções para o que está a acontecer em Cabo Delgado, não é suficiente apelar retoricamente ao humanitarismo e aos direitos humanos, nem articular respostas militares e humanitárias sofisticadas e custosas. Isso não está a conseguir acabar com a violência e, conseqüentemente, não está a garantir adequadamente os direitos das pessoas deslocadas. Outros conhecimentos, saberes e formas de fazer ciência podem fornecer novas pistas para avançar, prestando atenção aos eventos que precedem, acompanham e sucedem o deslocamento¹⁰, como processo e experiência de vida. É necessário ter um olhar atento, aberto e ágil, que não identifique apenas lacunas, mas dê voz ativa aos protagonistas, transcendendo fórmulas unilaterais de resposta à crise, a favor de mecanismos reflexivos nos quais, em primeiro lugar, é preciso entender o que as pessoas fazem e querem. As pessoas deslocadas e as comunidades de acolhimento são agentes que respondem com base em formas de ser e estar no mundo herdadas, construídas de forma interativa ao longo da sua experiência, e que agem de maneira criativa, movendo-se em mundos da vida, adaptando-se e gerando estratégias de construção do futuro¹¹.

A abordagem do sentir-pensar-fazer artesanal das mulheres proposta por Teresa Cunha

6. Santos, B. S. (2019). *O fim do império cognitivo - A afirmação das epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina.

7. Cunha, T., & Casimiro, I. (2019). *Epistemologías del sur y alternativas feministas de vida*. in G. Gogoratuz (ed.), *Territorios em conflito: Claves para la construcción de alternativas de vida* (pp. 71-118). Gernika-Lumo.

8. Dubois, A. (2019). *La propuesta alternativa desde el enfoque de las capacidades: Conceptos y marco de análisis*. in G. Gogoratuz (ed.) *Territorios em conflito: Claves para la construcción de alternativas de vida* (pp. 25-69). Gernika-Lumo.

9. Ramos, M. E. (2019). *Praxis participativa de la paz transformadora: teoría y método*. In P. Armiño, Karlos y Zirion, Iker (eds.), *Pax Crítica: Aportes teóricos a las perspectivas de paz posliberal*. Editorial Tecnos.

10. Marx, E. (1990). *The social world of refugees: a conceptual framework*. *Journal of Refugee Studies*. Vol. 3, nº 3.

11. Vincent, M., & Sorensen, B. R. (2001). *Caught between borders: Response Strategies of the Internally Displaced*. Pluto Press.

(2021)¹² e a imaginação moral como a arte e a alma para a construção da paz de John Paul Lederach (2007)¹³ sugerem o uso da micropolítica (Cusicanquí, 2018)¹⁴ da vida cotidiana, do artesanal, da intuição e do potencial criativo da pluralidade comunitária e social para realizar processos bem-sucedidos de construção da paz. Conectar a dimensão estrutural dos conflitos com as expectativas cotidianas das pessoas comuns pode ser uma das chaves para avançar nas mudanças sociais e políticas.

A experiência de mais de 5 anos de pesquisa contínua em Cabo Delgado pela Gernika Gogoratuz e os 16 anos de trabalho da Fundação Ayuda en Acción, assim como o trabalho contínuo desde 2018 com populações deslocadas, agências de ajuda, organizações internacionais e órgãos governamentais, têm sido elementos essenciais para a configuração e realização do estudo e recolha de dados, incluindo uma série de diagnósticos realizados sobre as populações com as quais trabalham em diferentes áreas. Além disso, para conhecer em primeira mão como a emergência causada pela guerra em Cabo Delgado está a ser enfrentada, além de entrevistar especialistas, profissionais humanitários e autoridades políticas, optou-se principalmente por contar com as histórias de vida de famílias deslocadas por meio de

questionários-diálogo¹⁵, a fim de aprender com as resiliências e resistências desses grupos que tendemos a marginalizar.

Com essa estratégia metodológica, procuramos desconstruir os nossos automatismos culturais ou, como diria Dipesh Chakrabarty¹⁶, "provincializar" nosso conhecimento eurocêntrico, com o objetivo de criar, cuidar e fortalecer diálogos horizontais entre conhecimentos e agentes marginalizados e privilegiados, que nos ajudarão a aprender com o comunitário e transcender as formas institucionalizadas. Nesse sentido, buscamos distinguir as experiências pessoais da equipa de pesquisa e as necessidades e expectativas das famílias entrevistadas, para então avançar na tarefa complicada de levar a aprendizagem aos espaços de poder. No entanto, é preciso reconhecer que estas metodologias alternativas ainda podem resultar em extração e oferecem poucos regressos dos estudos para as comunidades que deles participam. Conscientes disso, e sem criar falsas expectativas, acreditamos que podemos transmitir o compromisso de que, juntos, podemos mudar para melhor algumas das decisões que afetam essas comunidades.

15. Realizaram-se questionários-diálogo com 8 famílias deslocadas dos bairros de Mahate, Josina Machel e Paquitequete na cidade de Pemba, e nos acampamentos de população deslocada de Nacate y Mapupulo em Montepuez e Natove em Ancuabe. Além das respostas dos questionários, as notas orais e escritas do diálogo e a observação das equipas locais de investigação foram fundamentais para compreender a vida cotidiana destas famílias.

16. Chakrabarti, D. (2008). *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton University Press.

12. Cunha, T. (2021). Sentir-Pensar-Hacer Feminista: Reflexiones. Huellas hacia un pluriverso feminista: Reflexiones Metodológicas para la Práxis. In L. Zambrano & I. Bengoetxea (Eds.). *Metodologías para la construcción de Alternativas de vida* (pp. 34-51). Gernika Gogoratuz.

13. Lederach, J. P. (2007). *La imaginación moral. El arte y el alma de la construcción da paz*. Bakeaz. Gernika Gogoratuz.

14. Cusicanquí, S. R. (2018). *Um mundo ch'ixi es posible: Ensayos desde um presente em crisis*. Tinta Limón.

Conflito armado, causas e fluxos de deslocamento interno em Cabo Delgado





A guerra e a precariedade da grave situação humanitária agravaram as violências sofridas pelas pessoas em Cabo Delgado. É importante lembrar que há mais de 4.000 vítimas mortais diretas do conflito, aproximadamente metade delas civis. Os ataques da insurgência e as operações das forças armadas de Moçambique geram medo e insegurança, provocando deslocamentos em massa. Assassinatos, perda de familiares, incêndio de aldeias, roubos e destruição do patrimônio, sequestro e recrutamento de jovens, meninas e meninos, falta de segurança para mulheres e adolescentes que sofrem violência sexual, casamentos precoces, exploração sexual e sexo por sobrevivência... tornaram-se generalizados desde o início do conflito armado.

As causas do deslocamento interno

Num contexto como o de Cabo Delgado, é necessário analisar a genealogia dos conflitos que nos contextualize nos diferentes momentos e nas diversas

manifestações de uma violência estrutural. A violência vai além de ser apenas um comportamento instrumental de uns contra os outros, motivado por interesses e convicções. A violência é uma prática social, histórica e culturalmente determinada que requer a atenção a pelo menos três tipos de agentes: aqueles que a perpetraram, aqueles que a sofrem e aqueles que a observam¹. É na interação entre essas categorias que sua fenomenologia se concretiza².

Para compreender as causas e os problemas da crise humanitária das pessoas deslocadas que fogem da violência armada nos distritos do norte de Moçambique, propõem-se três ângulos de análise: i) a recorrência histórica da violência; ii) os baixos níveis de indicadores de desenvolvimento humano; e iii) a intensificação da exploração extrativa dos recursos naturais e as mudanças nos modos de organização do território.

1. Strathern, A., & Stewart, P. J. (2006). *Terror and violence: imagination and the unimaginable*. Whitehead (ed.). Pluto Press.

2. European Association of Social Anthropology (2001). *Anthropology of violence and conflict*. Schröder, I. W., & Schmidt, B. E. (ed.)

Guerras constantes e violência lenta em Cabo Delgado

O norte de Moçambique, mais especificamente a província de Cabo Delgado, tem sido historicamente caracterizado pela persistência recorrente da violência desde os tempos pré-coloniais. Nos últimos 100 anos, podem ser identificados quatro períodos principais de violência armada organizada: as chamadas campanhas de pacificação, que foram, na

verdade, guerras de ocupação colonial ocorridas do último quarto do século XIX até o início do século XX; a guerra de libertação entre 1963 e 1974; a guerra dos 16 anos entre 1976 e 1992; e a guerra atual desde 2017 ³.

3. Entre 1885 e 1926, muitas aldeias resistiram violentamente aos negócios de mineração e agricultura da Companhia do Niassa, que recebeu concessões de terras em Cabo Delgado da coroa portuguesa e contava com o apoio de algumas elites makonde e makuas. A resistência contra Portugal continuou durante a administração colonial do "Estado Novo" da ditadura de Salazar, que terminou com a Guerra da Independência (1963-1974). As comunidades makonde de Mueda, que fundaram a guerrilha revolucionária



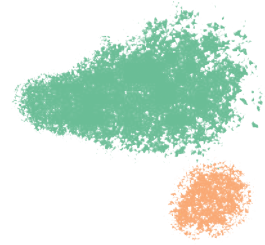
Este período de tempo, pouco mais de um século, é extraordinariamente curto para que ocorram e se estabeleçam processos de estabilização territorial, social e mental que possibilitem a criação de alternativas resilientes ao uso da violência na resolução de conflitos e na estabilização social.

e independentista da FRELIMO, liberaram extensas áreas do norte do país, embora o sul de Cabo Delgado sempre tenha sido reticente a essa hegemonia makonde. Pouco depois da independência, iniciou-se a guerra de 16 anos entre o governo revolucionário da FRELIMO e a oposição anticomunista da RENAMO, que resultou em mais de um milhão de mortos e cerca de 7 milhões de deslocados em Moçambique, e que foi encerrada pelos Acordos de Paz de 1992. Em Cabo Delgado, enquanto algumas áreas da província aceitaram o projeto revolucionário da FRELIMO, outras áreas mostraram resistência aos planos de modernização e aldeias comunitárias, o que permitiu à RENAMO conquistar algum apoio. Vale ressaltar que o recente ressurgimento da guerra dos desmobilizados da RENAMO entre 2013 e 2019 não teve efeitos significativos no norte do país. No entanto, a guerra em Cabo Delgado volta a surgir no final de 2017, com ataques violentos na região dos megaprojetos de gás, protagonizados, segundo as autoridades estatais, por setores radicalizados do islamismo. O sentimento de discriminação e abandono das populações costeiras, a maioria muçulmana, em relação a elites makonde bem posicionadas nos quadros da FRELIMO, e as disputas pelo controle da riqueza e dos negócios entre as elites políticas locais e nacionais são elementos que se repetem nessa história de violência e conflitos armados no norte de Moçambique. Garcia, F. P. (2001). *Análise global de uma guerra* (Moçambique 1964 -1974). Porto: Universidade Portucalense [Tesis doctoral]; Serra, C. (org.) (2000). *História de Moçambique*. 1999. Vol I. Parte I: Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores: 200/300-1885. Parte II: Agressão imperialista: 1886-1930. Maputo: Livraria Universitária; Coelho, J. P. B. (2002). *Macaríngue*. (2002): "Da paz negativa à paz positiva: uma perspectiva histórica sobre o papel das forças armadas moçambicanas num contexto de segurança em transformação", Estudos Moçambicanos; Nº 20. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, p. 41-90. Katto, J. (2017). *Beautiful Mozambique. Haptics of belonging in the life narratives of female war veterans*. Helsinki: University of Helsinki, [Tesis doctoral]; Pirio, Gregory, Pittelli, & Yussuf, A. (2019). "The Many Drivers Enabling Extremism in Northern Mozambique", Africa Center for Strategic Studies URL: <https://africacenter.org/spotlight/the-many-drivers-enabling-violent-extremism-in-northern-mozambique/>; Matsinhe, D., & Eloi, E. (2019). *The genesis of insurgency in northern Mozambique*. Pretoria: Institute for Security Studies.

Além dessas guerras, outras questões têm impactado o desenvolvimento e o contexto de Cabo Delgado: a prática social conflituosa própria e histórica de um território marcado por importantes rotas comerciais no Oceano Índico e a consequente mobilidade cultural, religiosa e política; a dinâmica da disputa pela hegemonia entre as tradições salafista e sufi do islamismo, acentuada nas últimas duas décadas; e uma complexa diversidade etnolingüística com alguns conflitos latente⁴.

A estas dinâmicas internas, soma-se a situação geográfica no Canal de Moçambique e na costa leste da África e a sua posição geoestratégica para o controlo do Oceano Índico, que também têm contribuído para a recorrência da instabilidade. As rotas do narcotráfico provenientes da Ásia Central, a expansão da fronteira extrativa e a consequente luta pelo domínio dos recursos na região, o comércio ilegal de produtos e mercadorias, incluindo o contrabando de madeira e pedras preciosas, são algumas das dinâmicas e conflitos que também devem ser considerados.

4. A província tnuma população multiétnica: a maioria é Makuwa, depois Makonde e, por fim, Mwani. Vários idiomas também são falados: Emakhuwa, Shimakonde, Kimwani, Swahili, Ngoni e Ajaua, além do português. O nível de complexidade do substrato de violência presente na sociedade de Cabo Delgado aumenta quando são levadas em conta as várias dissensões que ocorreram após a independência política em 1975. A população costeira, maioritariamente muçulmana, tem se sentido discriminada em comparação com os cristãos makonde do planalto de Mueda. O seu papel mais ativo na luta pela libertação nacional parece ser o principal argumento apresentado. Esta situação é percebida e sentida como violência estatal.



Os impactos desses conflitos têm configurado uma violência lenta (Nixon, 2011)⁵ e estrutural em Cabo Delgado, que se reproduz ao longo do tempo e do espaço, de forma dispersa, subtil, aparentemente insignificante e invisível aos olhos, mas que acaba por se penetrar em indivíduos e sociedades e que constitui um dano repetitivo que, mais cedo ou mais tarde, manifesta-se como letal.

A violência, constante neste longo período, possui uma genealogia complexa, cujo eixo

5. Nixon, Rob (2011): *Slow Violence and the environmentalism of the Poor*. Cambridge, Massachusetts, and London: Harvard University Press.

estrutural se baseia nas resistências das populações e grupos dominados para exercer um maior controle sobre o seu presente e o seu futuro. As ideologias e matrizes subjacentes à violência fundamentaram-se na resistência às formas de dominação sobre as pessoas e os recursos, formas de opressão e controle que caracterizaram o território e os sistemas económicos, políticos e sociais nos últimos 100 anos, assumindo contornos revolucionários que adotaram diferentes formas ao longo da história, incluindo a guerra de independência, a guerra dos 16 anos e, nos últimos 4 anos, a guerra em Cabo Delgado.

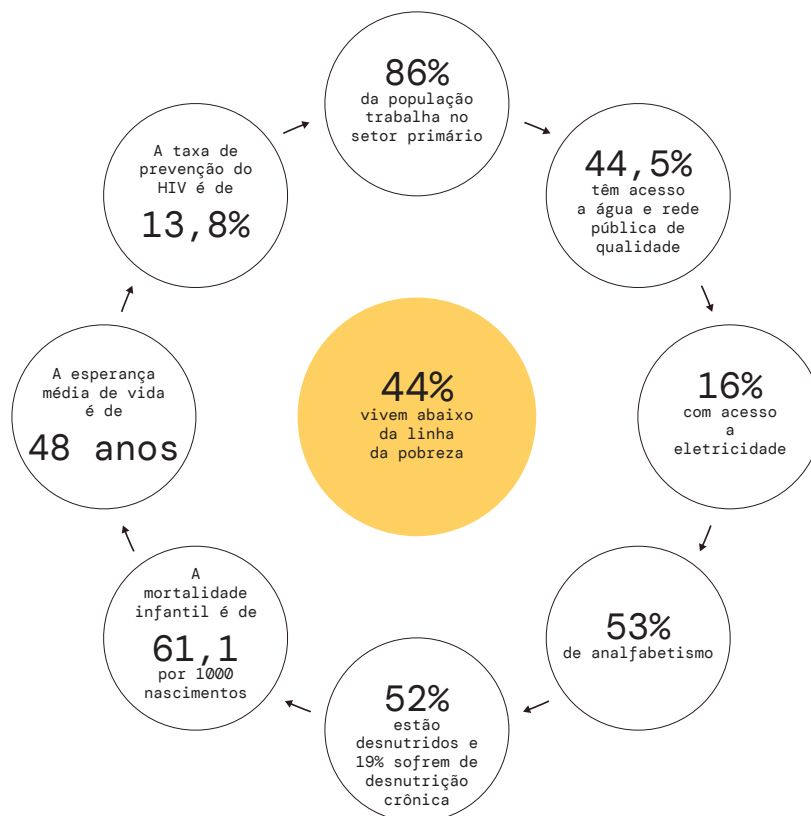


Gráfico 1: Fatores de vulnerabilidade da população de Cabo Delgado.

Fuente: Elaboração própria com base nos dados do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado do Governo de Moçambique. Rapid Response Plan: Cabo Delgado Province, Mozambique, Maio-Dezembro, 2020 <https://reliefweb.int/report/mozambique/rapid-response-plan-cabo-delgado-province-mozambique-may-december-2020>.

Esta situação de violência constante tem enfraquecido as capacidades individuais e coletivas das pessoas de Cabo Delgado, impedindo-as, pelo medo, de colaborar entre si, planejar vidas além da sobrevivência cotidiana e/ou imaginar uma existência pacífica.

A crescente vulnerabilidade em Cabo Delgado

A sequência temporal entre os anos 2000⁶ e 2020 dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) publicados pelo PNUD para Moçambique não apresenta um saldo positivo, uma vez que o país continua a ser o 7º pior do mundo em termos de resultados. Conforme evidenciado no gráfico 1, a pobreza e as desigualdades ainda são profundas e persistentes. A pandemia de COVID-19, a persistência de fenómenos climáticos extremos e especialmente a guerra iniciada em 2017, só pioraram os dados sobre o desenvolvimento humano.

Cabo Delgado tem uma população estimada de 2.320.261 habitantes de acordo com o censo nacional de 2019⁷, com uma sociedade predominantemente rural (83,2%), embora os deslocamentos causados pela guerra estejam a alterar a sua composição e distribuição demográfica e a ocupação do território.

6. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2000). *Informe sobre Desarrollo Humano 2000*. Ediciones Mundi Prensa; e PNUD (2020): *Relatório do Desenvolvimento Humano 2020. A próxima fronteira. O Desenvolvimento Humano e o Antropoceno*. New York: UNDP.

7. Ver aqui: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/cabo-delgado/quadro-1-populacao-recenseada-por-area-de-residencia-e-categoria-censitaria-segundo-idade-e-sexo-provincia-de-cabo-delgado-2017.xlsx/view>.

De acordo com dados de 2022⁸, 946,508 pessoas foram deslocadas, o que representa 40,79% da população da província. Muitas famílias foram obrigadas a procurar refúgio na cidade de Pemba e noutros distritos da província e do país, agravando ainda mais os problemas existentes de mobilidade, saneamento, acesso a serviços públicos e segurança. A agricultura, silvicultura, pesca e mineração ocupam a maioria da população economicamente ativa, que corresponde a 44,1%⁹. Além da pouca cobertura e fragilidade das infraestruturas e serviços sociais e económicos, da baixa produtividade e pouca diversificação de produtos e serviços, e da falta de mão de obra qualificada, diferentes relatórios humanitários¹⁰ também destacam a deficiência das unidades de saúde, falta de pessoal qualificado, falta de medicamentos, insegurança alimentar e acesso a redes comerciais de fornecimento de bens e serviços essenciais de baixa qualidade.

A exploração extrativista dos recursos naturais e as novas dinâmicas de ocupação e gestão do território

Nos últimos anos, em Moçambique, tem ocorrido um aumento significativo

8. Ver aqui: <https://displacement.iom.int/mozambique>. Fonte consultada em 5 de outubro, 2022.

9. Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (2021). "Cabo Delgado precisa de apoio de todos". *Malamulelo - Suplemento Cabo Delgado*. Disponível em https://www.masc.org.mz/wp-content/uploads/2020/09/Suplemento_Cabo-Delgado.pdf.

10. Abellán, B., & Guereña, A. (2021). *Emergencia alimentaria en Cabo Delgado, Mozambique, conflicto armado y desplazamiento forzado como motores de la inseguridad alimentaria*. Instituto de Estudios sobre Conflictos e Ação Humanitaria.



da exploração dos recursos naturais, especialmente na província de Cabo Delgado, com ênfase no complexo mineral-energético¹¹. Entre as diferentes atividades extrativas, destacam-se, por um lado, a mineração realizada por empresas nacionais, estrangeiras e de capital misto, que realizam extração em larga escala, especificamente de rubis, grafite e outras pedras semipreciosas. Por outro lado, a mineração artesanal atrai um número crescente de pessoas para essa atividade informal e de pequena escala, que se tornou a principal fonte de subsistência de uma parte da população local, bem como de pessoas de províncias e países vizinhos¹² devido à falta de perspectivas nas áreas rurais e à possibilidade de obter renda melhor e mais rápida. Apesar da atração ainda exercida pela mineração artesanal, que está cada vez mais sob o controlo e interesse do Estado e das grandes empresas, continuam ocorrendo regularmente conflitos e repressões contra os mineiros artesanais, sem oferecer alternativas viáveis a esse modo de vida¹³.

Por sua vez, a exploração de hidrocarbonetos é a que mais atenção recebe por parte do governo, empresas e organizações nacionais e internacionais. A implementação de megaprojetos de extração de gás liquefeito na costa norte e de rubis, ouro e grafite na região interior-sul de Cabo Delgado nesta última década tem resultado no aumento quantitativo e qualitativo da violência nesta província. As novas atividades extrativas, especialmente aquelas relacionadas às pedras preciosas, têm contribuído para a desestruturação de economias agrícolas familiares frágeis a favor de novas fontes de lucro. Enquanto os homens deixam suas famílias em busca de minerais preciosos, as mulheres ficam responsáveis pelo lar e pelas hortas, tendo de enfrentar o aumento da criminalidade, agressões sexuais e casamentos precoces das suas filhas.

Nos últimos anos, também foi observado um aumento nos episódios de violência cometidos por empresas de segurança privada contra os "garimpeiros"¹⁴ e "aventureiros", bem como por determinados setores das forças de segurança estatais. Além disso, o não cumprimento das promessas de emprego e melhoria dos serviços de saúde, educação e comunitários feitas pelo governo e grandes empresas, bem

grandes empresas fecharam muitas das minas artesanais, resultando em incidentes violentos, repressão e expulsão de grande parte dos garimpeiros que exploravam informalmente essas minas, e mostrando como essa economia mineradora artesanal foi encerrada sem oferecer alternativas. Na mesma linha, outro trabalho realizado pela SEKELKANI em 2015 revelou os conflitos entre as populações locais, o governo e as empresas relacionadas aos projetos minerários nas províncias de Tete e Cabo Delgado.

14. Mineiros artesanais informais ou ilegais.

11. A respeito ver: Sousa, M. E. A. (2016). "A exploração mineira e o reassentamento forçado em Moçambique: Uma reflexão sobre a situação dos deslocados do desenvolvimento", REMHU Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., 47, 204-209; Ruiz, Z. R., Antolín, P. C., González, A. G., & Amelia, G. (2018). *Meio ambiente e mineração artesanal em três distritos de Cabo Delgado: Ancuabe, Montepuez e Namuno*, Barcelona, Medicus Mundi Mediterrània; WLSA Moçambique e VSO Moçambique (2019): "Factos sobre o impacto das práticas extractivas com ênfase nos direitos das mulheres". Ficha de informação, Março 2019. Disponível em www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2019/04/Factsheet_PT.pdf.

12. Mondlane, S., & Shoko, D. S. M. (2003). "The socio-economic and environmental impacts of artisanal and small-scale mining in Mozambique", in Gavin M. Hilson (ed.): *The Socio-Economic Impacts of Artisanal and Small-Scale Mining in Developing Countries*. Boca Ratón. CRC Press.

13. Num documentário produzido em 2017 pela Medicus Mundi, intitulado 'A febre do ouro', essa realidade foi capturada em imagens, destacando como, a partir de 2010, essas

como os reassentamentos e deslocamentos forçados devido à ocupação de terras por parte de empresas transnacionais que não compensaram adequadamente as comunidades afetadas, têm frustrado as expectativas sociais, especialmente entre amplas camadas da juventude.

As concessões de mineração e prospecção de gás abrangem uma grande parte do território da província de Cabo Delgado, favorecendo os negócios de empresas privadas nacionais e internacionais, consideradas essenciais para o desenvolvimento do país, e aprofundando a violência estrutural e cultural das populações nativas, que vêem os seus direitos de uso e usufruto da terra a serem perdidos em benefício das grandes corporações.

Narrativas explicativas desta "nova guerra" em Cabo Delgado

Desde o final de 2017 até ao presente momento, têm ocorrido ataques violentos no norte de Cabo Delgado, nas áreas dos megaprojetos de extração de gás, desencadeando uma “nova guerra”¹⁵.

15. O conceito de "novas guerras" explica os conflitos armados que misturam questões relacionadas ao crime organizado e violações massivas dos direitos humanos, que possuem componentes locais e internacionais, que respondem a interesses públicos e privados, e que deixam para trás a lógica dos conflitos interestatais e intraestatais da era da Guerra Fria.. Kaldor, M. (2012). *New and Old Wars*, Cambridge: Polity Press.

Embora a versão oficial afirme que se trata de uma agressão terrorista do Estado Islâmico, existem outras explicações para este conflito que se tem intensificado, internacionalizado e tornado mais complexo, resultando em quase 4.000 vítimas fatais e mais de 946.000 pessoas deslocadas.

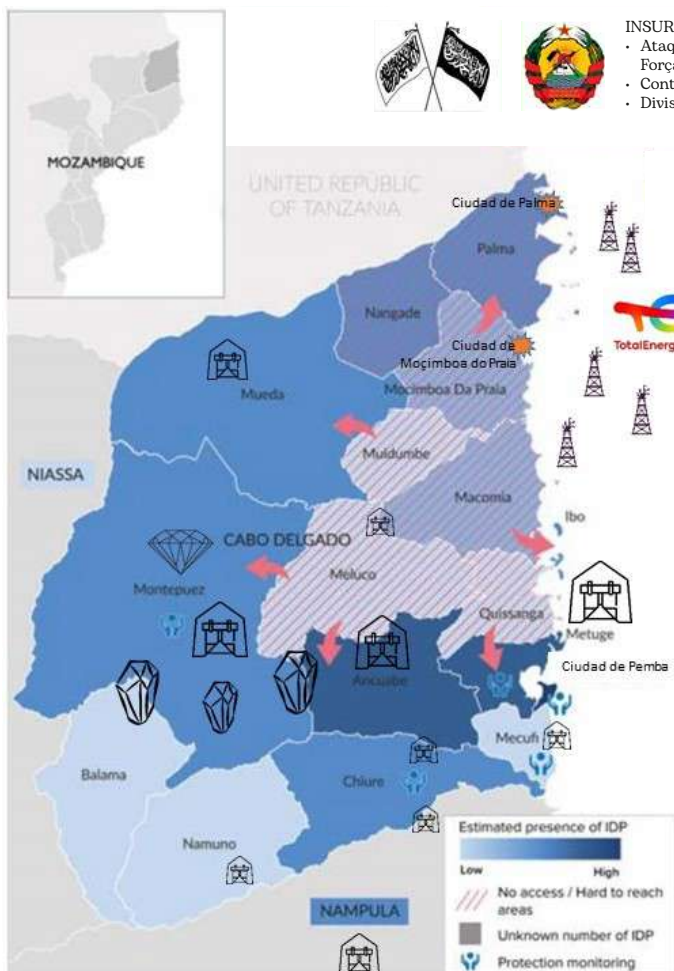
Uma primeira narrativa é a dos líderes locais que não ocupam posições formais de poder e afirmam que o conflito bélico expôs as contradições e injustiças de um longo processo histórico. Eles estão convencidos de que o governo conhece os protagonistas e não tem vontade política suficiente para pôr fim ao conflito, uma vez que, nos bastidores da guerra, há muitos interesses económicos baseados nas riquezas que beneficiam apenas alguns em vez dos seus "donos", ou seja, a população de Cabo Delgado que está a ser excluída dos seus benefícios.

Uma segunda narrativa é encontrada nos discursos oficiais dos funcionários do governo, bem como de alguns intelectuais e think tanks nacionais e internacionais, que afirmam que esta guerra é uma agressão estrangeira com fortes conexões com o Estado Islâmico, que tem interesse em desestabilizar Moçambique para se apropriar de suas riquezas e consolidar seu poder político na região. O envolvimento das forças da SADC, de Ruanda, e o apoio financeiro e militar da União Europeia e dos Estados Unidos reforçam a ideia de que se trata de um problema global que deve ser combatido com o compromisso das potências regionais e mundiais.

A terceira narrativa, mais crítica e académica, defendida por alguns intelectuais e líderes de organizações nacionais e internacionais, destaca a enorme complexidade dos fatores em jogo, que se articulam localmente de forma a criar as condições para o surgimento e a prolongação do conflito. Os fatores endógenos de natureza social, económica, política e histórica combinam-se com fatores regionais

e internacionais relacionados à economia política contemporânea e à localização geoestratégica do país.

Portanto, para tentar explicar as causas dessa “nova guerra” e os seus efeitos humanitários, não é suficiente apontar o crescente apoio militar e financeiro do Estado Islâmico aos insurgentes. É necessário abordar outras questões, como os conflitos



INSURGÊNCIA ISLÂMICA E RESPOSTA MILITAR:

- Ataques violentos em 2012 do grupo local “Al Shabab” em Mocimboa do Praia e resposta das Forças Armadas de Moçambique. Incapacidade de controlar a situação
- Contratação de exércitos privados (Wagner, PSME-STEPP, grupo Lancaster 6)
- Divisões do Governo-FRELIMO para o controlo dos recursos naturais e do negócio da guerra



SAMIM
SADC MISSION IN MOZAMBIQUE



- Antes da captura de Palma e Mocimboa, o Governo de Moçambique recorreu à SADC (Operação SAMIM) e ao exército ruandês
- UE apoia militares EUTM-Moçambique
- França e UE apoiam o exército ruandês para apoiar a Total Energies

MEGA PROJETOS EXTRATIVOS:

- 2011-12 Exploração de gás Anadarko e ENI 2021-2022 ENH (capital do governo moçambicano) e a francesa TOTAL ENERGIES, principal investidora no projecto de gás Mozambique LNG
- Exploração de rubis em Namanhunbir pelas empresas Montepuez Ruby Mining e Mwiriti Ltda, e de grafite por empresas estrangeiras nos distritos do interior da província



SITUAÇÃO HUMANITÁRIA

- 4.000 vítimas mortais
- 1.020.000 pessoas deslocadas
- 1.300.000 pessoas dependentes de ajuda humanitária
- Ciclones Kenneth e Idai em 2019 e escalada de guerra 2020-21
- Planos de Resposta Humanitária para Moçambique (Nações Unidas e clusters para coordenar a ajuda) e Agência de Desenvolvimento do Norte –ADIN
- Concentração de comunidades deslocadas na cidade de Pemba e distritos de Ancuabe e Metuge
- Ajuda alimentar insuficiente, corrupção e discriminação em sua distribuição
- Famílias deslocadas muito dependentes da ajuda, e incerteza sobre o retorno e alternativas de vida
- 2022 primeiros retornos massivos

Gráfico 2: Chaves explicativas do Conflito em Cabo Delgado.

Fonte: Elaboração própria com base no UNHCR, Situação em Cabo Delgado, de 03 a 16 de fevereiro de 2021.

entre grupos étnicos, a falta de perspectivas da maioria da população, que enfrenta uma crescente pobreza e desigualdade, e a luta pelo controlo dos recursos de Cabo Delgado na expansão das fronteiras extrativistas (Alberdi & Barroso, 2021)¹⁶.

16. Alberdi, Jokin; Barroso, Manuel (2020): "Broadening the analysis of peace in Mozambique: Exploring emerging violence in times of transnational extractivism in Cabo Delgado". Global Society, Issue2. [Volume 35].

Dinâmica do conflito armado

Com base nos relatos dos participantes desta pesquisa e de outras realizadas anteriormente, é possível traçar a seguinte linha do tempo do conflitos.

LINHA DE TEMPO DO CONFLITO EM CABO DELGADO

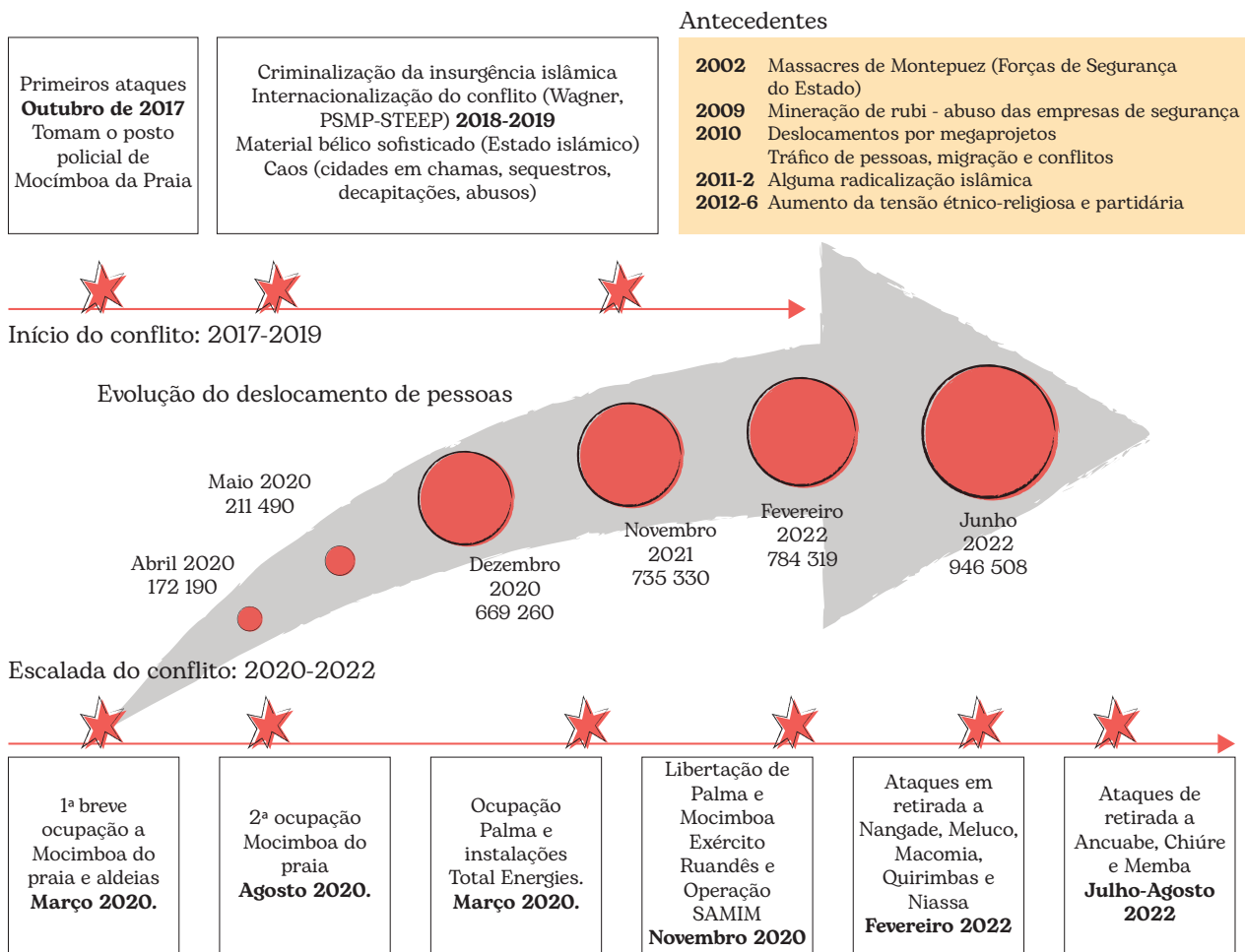


Gráfico 3: Linha do tempo.

Fase I – Desde do início da década até 2017: incubação local e situação pré-bélica

Alguns dos depoimentos recolhidos apontam para a incubação da situação pré-conflito antes de 2017. Ressentimentos prévios em relação ao Estado, agravados pela ocupação de terras e áreas de pesca por grandes empresas, a repressão à mineração artesanal e a percepção de que algumas elites estrangeiras estavam a enriquecer, juntamente com uma má gestão das expectativas das comunidades diante do fenómeno da indústria extrativa, alimentaram um sentimento de revolta popular em Cabo Delgado. Foi nesse contexto que surgiram vários líderes jovens muçulmanos organizados em Mucojo, Mocímboa da Praia e Palma, que contavam com o apoio de estrangeiros que tinham negócios e investimentos no país, e aproveitaram a deterioração das condições de vida precárias da população e as violações dos direitos humanos para mobilizar e recrutar jovens para a insurgência (Cunha, 2021)¹. Esse grupo de jovens muçulmanos, com recursos limitados, mas com apoio da comunidade e das gerações mais jovens, criou o "Ahlu Sunnah Wa-Jama" (al-Shabaab), que construiu suas próprias mesquitas e escolas para pregar o Islão e alfabetizar as comunidades. Disputas com o Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO) resultaram na sua expulsão das mesquitas e na detenção de cerca de trinta membros, que foram encarcerados em vários postos policiais em Mocímboa da Praia (Bonate, 2010)². Em outubro de 2017, esses jovens tentaram libertar os detidos, matando vários polícias.

1. Cunha, T. (2021). "Arrancando-nos da nossa terra, arrancamos as raízes e ficamos só no mundo um retrato da guerra em Cabo Delgado nas vozes das mulheres", 1-64. Disponível em: <https://territoriolab.org/otros-recursos/>.

2. Bonate, L. (2010). "Islam in Northern Mozambique: A historical Overview", *History Compass*, 8/7. pp. 573 - 593. Bonate, L. (2009), 'Muslims of Northern Mozambique and Liberation Movements', *Social Dynamics*, 280-294. [Volume 35, nº 2].

Fase II – Final de 2017 e início de 2018: fuga e regresso

Entre o final de 2017 e o início de 2018, ocorreram os primeiros ataques violentos protagonizados pelo grupo insurgente local islâmico Al Shabaab. Foram ataques mais sistemáticos, especialmente contra instituições estatais, e ocorreram os primeiros deslocamentos. Segundo o governo, eram episódios pontuais de fuga e regresso de civis, por isso não foram tomadas medidas específicas, acreditando-se que a situação seria facilmente controlável.

Fase III – Ano 2018. Da ilusão, ao início da desilusão

Em 2018, os ataques contra o Estado e os funcionários públicos do governo intensificaram-se, chegando a afetar algumas aldeias nos distritos centrais e do norte da província (Palma, Mocímboa da Praia, Nangade e Macomia). Parte da população ainda não percebia a ameaça e, diante do abandono do Estado, tinham a expectativa de ser beneficiados pela insurgência islâmica. Os alvos militares eram mais seletivos, direcionados a propriedades e pessoas específicas, enquanto colaboravam com as autoridades. Essa desconfiança e abandono por parte do governo moçambicano também não foram argumentos suficientes para popularizar o Al Shabaab, já que a maioria da população optou por não colaborar ou simpatizar com a insurgência devido às suas ações de recrutamento forçado (Silva & Cunha, 2021)¹.

1. Silva, T., & Cunha, T. (2021). "O Saber ocupa lugar. A Construção da paz e da coesão social em Cabo Delgado", Maputo: Fundação MASC, 1-80.

Fase IV – Em 2019, a violência instala-se e generalizam-se as desconfianças

Em 2019, a violência intensificou-se e as desconfianças generalizaram-se, especialmente em relação às forças de segurança nacionais, pois muitas pessoas não as viam como protetoras, mas sim envolvidas em atos violentos e roubos. Embora ainda não fossem em grande escala, os deslocamentos aumentaram devido aos episódios violentos e porque muitas famílias já tinham perdido tudo.

Ainda não havia informações e dados sistematizados sobre a situação. O governo continuava sem reconhecer que se tratava de uma guerra e não respondia adequadamente à gravidade do cenário.

Fase V – 2020: a ocupação de Mocímboa da Praia e a fuga massiva da população

O conflito teve uma escalada exponencial nos anos de 2020 e 2021, especialmente a partir dos ataques e ocupações das cidades de Mocímboa da Praia e Palma pela insurgência, forçando centenas de milhares de pessoas a fugirem para outras regiões da província. O ataque e ocupação de Mocímboa da Praia em março de 2020 marcou um importante ponto de viragem no curso da guerra. Os grupos insurgentes demonstraram que podiam causar danos não apenas físicos, mas também institucionais e políticos significativos, mantendo o controlo de locais importantes por longos períodos de tempo. As pessoas começaram a fugir em massa, procurando lugares seguros como a capital da província, Pemba, ou Mueda. Os primeiros campos de acolhimento foram organizados e os testemunhos das pessoas que fugiam foram ouvidos. Com o início das operações humanitárias e a chegada de agências das Nações Unidas e ONGs, houve maior atenção nacional e internacional devido às primeiras notícias, denúncias, depoimentos e estudos sobre a situação em Cabo Delgado. As organizações de cooperação que já estavam no território tiveram que adaptar sua abordagem para lidar com os desafios da nova situação. Começa a militarização de Cabo Delgado.

Fase VI – 2021 até o presente: a militarização de Cabo Delgado e a chegada de tropas estrangeiras de Ruanda e a SADC (SAMIM)

Os deslocamentos continuam a ser o assunto principal. Primeiro, com a tomada de Palma pelos insurgentes em março de 2021, o que levou à retirada da Total Energies e do seu pessoal e também a um aumento significativo no deslocamento de milhares de famílias que já estavam abrigadas na península de Afungi. Após a recuperação dessas localidades estratégicas pela missão da SAMIM e pelo exército ruandês em 2021, verificaram-se alguns regressos, mas a retirada dos insurgentes para outras áreas está a provocar novos ataques em 2022, concentrados nas aldeias de Nangade, Meluco, Macomia e Quirimbas, e mais recentemente no sul de Cabo Delgado (Ancuabe, Balama, Chiúre, Mecúfi, Montepuez e Namuno), e nas áreas de fronteira com as províncias de Niassa e Nampula. As operações militares internacionais não conseguiram estabilizar completamente a situação, deixando vastas áreas de grande interesse económico vazias e aumentando a pressão sobre os acampamentos e comunidades de acolhimento, com famílias que estão deslocadas há mais de três anos. A expansão para a região sul torna a resposta mais complexa devido ao aumento da área geográfica afetada e ao número de comunidades impactadas. A mudança no padrão das atividades da insurgência, com o regresso a táticas de guerrilha e saques em comunidades dispersas, consolidou um modelo de terror no qual poucas forças conseguem causar impactos significativos, resultando em deslocamentos massivos e temporários.

Fluxos de deslocamento

De acordo com os dados da OIM de junho de 2022¹, havia 946.508 pessoas deslocadas, o que equivale a 208.046 famílias. Dessas, 55% são meninas/crianças, 24% são mulheres e 21% são homens. Cerca de 30% (287.664 pessoas) estão em centros de acolhimento ou reassentamento, enquanto os 70% restantes (658.844 pessoas) vivem em casas de famílias que os acolheram, o que significa que a maioria está amontoadada em residências e terrenos de parentes, amigos, vizinhos ou pessoas que os receberam.

A grande maioria, 870.000 pessoas, permanece na província de Cabo Delgado. Enquanto o restante está distribuído pelas províncias de Nampula (74.000), Niassa (2.000), Zambézia (680), Inhambane (86) e Sofala (310)². No entanto, é importante destacar que estes números são incompletos, uma vez que não há dados sobre as pessoas deslocadas nos distritos de Mocímboa da Praia e Palma, diretamente afetados pelo conflito armado³.

A recusa do governo em reconhecer os primeiros deslocamentos causados pelo conflito armado em 2017 impediu a chegada da ajuda humanitária internacional. Foram os devastadores ciclones Kenneth e Iдай, em

2019, que ativaram a chegada das principais agências da ONU a Cabo Delgado. A primeira resposta aos deslocamentos internos, antes da ativação das operações humanitárias, foi realizada pelas redes sociais das pessoas locais. Foram os laços familiares, os relacionamentos ou simplesmente a solidariedade dos cidadãos moçambicanos que amenizaram o primeiro impacto das pessoas deslocadas. Uma vez estabelecida a operação humanitária internacional, foi após os ataques a Mocímboa do Praia em abril de 2020 e as primeiras ondas massivas de pessoas em busca de refúgio que o Plano de Resposta Rápida para Cabo Delgado foi ativado, permitindo a organização das primeiras respostas humanitárias diretamente relacionadas à guerra no distrito de Metuge.

A presença da cooperação internacional e da ajuda humanitária em Cabo Delgado

Entre os acordos de paz de 1992 e antes desta última guerra, cerca de vinte agências bilaterais e multilaterais (com destaque para as cooperações espanhola e norteamericana), juntamente com cerca de trinta ONGs internacionais, organizações locais, incluindo muitas delas sob a égide do Fórum das ONGs de Cabo Delgado (FOCADE-CD), trabalharam em iniciativas de desenvolvimento em Cabo Delgado.

Ao longo destas últimas três décadas, a maioria dos esforços tem sido direcionada para áreas como expansão dos serviços básicos (com especial ênfase em saúde e educação), governo e segurança alimentar, embora também sejam notáveis os projetos ambientais, direitos humanos, de gênero e

1. Fonte consultada em 05-10-2022: <https://displacement.iom.int/mozambique>.

2. IDEM.

3. Médicos sem Fronteiras, que trabalha na região, estimava em janeiro de 2022 que os deslocamentos internos nos supracitados distritos podiam alcançar em torno de 50.000 pessoas. MSF. 04.01.2022 <https://www.msf.es/actualidad/mozambique/mozambique-la-poblacion-se-mueve-tanto-huir-la-violencia-regresar-casa>.

de proteção de menores. Sem questionar a contribuição positiva de grande parte dessas iniciativas, também não se pode ignorar que os elos comunitários mais recentes, onde realmente se encontram a maioria dos coletivos de agricultores e comunidades piscatórias mais necessitadas, particularmente mulheres e jovens, não conseguiram beneficiar-se de maneira efetiva dessas iniciativas de desenvolvimento e cooperação internacional devido à fragmentação da ajuda, à falta de estratégias conjuntas de longo prazo e à situação inicial de extrema pobreza existente⁴.

As atuais operações humanitárias em Cabo Delgado são financiadas pelo Banco Mundial (BM), Estados Unidos, União Europeia, Alemanha, Canadá, Reino Unido, Irlanda, Suécia e Noruega, além de fundos privados, por meio das Nações Unidas e organizações internacionais presentes no terreno⁵. A atividade é organizada através do sistema de *clusters* (segurança alimentar, abrigo, proteção, água e saneamento, educação, etc.), onde participam organizações governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, juntamente com as autoridades de Moçambique. Esses *clusters* tentam fortalecer a coordenação da resposta, procurando garantir liderança, transparência e parceria, coordenando-se em nível local, nacional e internacional, compartilhando informações e procurando respostas comuns e harmonizadas. Há uma parte da ajuda que é canalizada por

intermédio de ONG⁶ que executam os seus próprios projetos ou recebem fundos através de concursos e contratos.

Além dessas iniciativas internacionais, devem ser mencionadas as do Governo de Moçambique, através do Instituto Nacional de Gestão e Redução de Riscos de Desastres (INGD), do Fórum Provincial de Reconstrução de Cabo Delgado liderado pelo Governo Provincial e da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), criada em 2020, que trabalham no auxílio às populações afetadas pelo conflito e na coordenação da ajuda humanitária e reconstrução. Além da ajuda humanitária bilateral, multilateral, governamental e não governamental, é importante destacar que uma parte significativa da assistência é fornecida pelas próprias comunidades de acolhimento.

A seguir, são apresentados alguns dados do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) das Nações Unidas que ampliam a imagem da situação humanitária em Cabo Delgado:

- Em 2019, foi lançado o Plano de Resposta Humanitária para Moçambique⁷, que conseguiu atender apenas cerca de metade das necessidades. Dos 620 milhões de dólares solicitados devido aos desastres

6. As principais ONGs que têm presença em Cabo Delgado são: Oxfam Novid, Conselho Norueguês de Refugiados, Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais, The mentor initiative, -Care International, Oxfam, Save the Children- Consórcio COSACA-, Serviço Católico do Refugiado, World Visión Internacional, Medicus Mundi, Helvetas, Cooperazione e Sviluppo, Ação Contra a Fome, AIFO-MOZ, AMA, AVSI Foundation, Cáritas Diocesana Pemba, Doctors in Africa, Helpcode Italia, Ayuda en Acción.

7. Fonte OCHA: <https://fts.unocha.org/appeals/761/summary> Revisado 27.09.2022.

4. Alberdi, J., & Bidaurratzaga, E. (eds.) (2014). *Desarrollo Humano Local en Mozambique*, Bilbao, HEGOA, UPV/EHU.

5. OCHA, (2022): *Mozambique. 2022. Humanitarian Response Dashboard*. Julio. <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-humanitarian-response-dashboard-july-2022-enpt>.

causados pelos ciclones no norte do país, apenas 314 milhões de dólares puderam ser disponibilizados, sendo os Estados Unidos o principal doador com quase um terço do total, seguido pela Comissão Europeia/UE, Canadá, Reino Unido, Alemanha e o Fundo Comum de Resposta de Emergência das Nações Unidas. Além desse Plano, outros 85,2 milhões de dólares foram gerenciados. Em 2020, as necessidades humanitárias de Cabo Delgado foram mais ou menos cobertas pelo Plano de Resposta Rápida para Cabo Delgado e pelo Plano COVID-19 Moçambique 2020. O primeiro procurava responder de forma específica ao crescente número de pessoas deslocadas pela guerra, com uma alocação de 35,5 milhões de dólares, valor que foi consideravelmente superado com um financiamento adicional de 52,1 milhões de dólares⁸. Já o plano nacional de 2020 para enfrentar a pandemia procurava 68,1 milhões de dólares, dos quais foram obtidos 61,7 milhões, ou seja, um pouco mais de 90%. Os principais doadores destes planos em 2020 foram os Estados Unidos, com quase 40%, a União Europeia e seus estados membros, com mais de 20%⁹.

- Em 2021 e 2022, mais uma vez a resposta humanitária para Cabo

8. Destacaram-se os Estados Unidos com 18,1 milhões de dólares e o Fundo Comum de Resposta de Emergência da ONU com 14 milhões de dólares, complementados com 6,9 milhões de dólares da União Europeia e outras quantias menores do Japão, Suécia, Irlanda, Reino Unido e outros países. Este plano específico para Cabo Delgado tinha como objetivo fornecer respostas setoriais às necessidades de aproximadamente 354.000 pessoas, cerca da metade (712.000) daquelas que necessitavam de assistência humanitária devido à guerra. Fonte OCHA: <https://fts.unocha.org/appeals/997/summary>. Revisado 27.09.2022.

9. Fonte OCHA: <https://fts.unocha.org/countries/152/summary/2020> Revisado 27.09.2022.

Delgado foi realizada sob o programa nacional. Em 2021, as expectativas do Plano de Resposta Humanitária para Moçambique foram frustradas em quase um quinto (foram arrecadados 201 milhões de dólares dos 254 milhões de dólares requeridos). Embora fora do Plano tenham chegado outros fundos humanitários no valor de 116,9 milhões de dólares¹⁰. Os dados provisórios para 2022 indicam que o Plano de Resposta de Emergência para a tempestade tropical Gombe, que afetou mais de 700.000 pessoas, principalmente na província de Nampula, que faz fronteira com Cabo Delgado, no norte de Moçambique, está a ser cumprido com muitas dificuldades, uma vez que dos 48,1 milhões de dólares previstos, nem mesmo 20% foram cobertos. O Plano de Resposta Humanitária para Moçambique em 2022 prevê 388,5 milhões de dólares, tendo recebido até setembro 207,5 milhões¹¹.

A partir de 2022, o Governo de Moçambique está a negociar com a União Europeia, o Banco Mundial e outros grandes doadores um financiamento no valor de 2,5 bilhões de dólares, que está previsto ser alocado no Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte (PREDIN). No entanto, isso está a ser questionado devido ao centralismo e à fraca participação das autoridades locais, comunidades e sociedade civil¹².

10. Fonte OCHA: <https://fts.unocha.org/countries/152/summary/2021> Revisado 27.09.2022.

11. Fonte OCHA: <https://fts.unocha.org/countries/152/summary/2022> Revisado 27.09.2022.

12. CDC (2022): *PREDIN has a heavy, centralized structure with weak participation of communities and civil society* Política Moçambicana, Year IV, no. 379. Centro para Democracia e Desenvolvimento. 2022.08.14.

Apesar dos esforços de algumas organizações não governamentais nos *clusters* que tentaram diferenciar as realidades das pessoas deslocadas e incluir as comunidades de acolhimento nas operações humanitárias, a resposta de emergência do governo e das Nações Unidas tem sido baseada, fundamentalmente, em responder de forma universal e uniforme às necessidades imediatas de sobrevivência das populações deslocadas. No entanto, a duração do conflito e a escassez de recursos para mitigar a crise não conseguiram alcançar seus objetivos. Os sistemas e serviços relacionados à assistência de emergência em Cabo Delgado requerem uma reforma para introduzir abordagens adequadas e ações que permitam, ao

mesmo tempo, atender às necessidades imediatas, recuperar a dignidade, meios de subsistência e a paz das comunidades afetadas.

Um dos principais desafios é procurar e implementar estratégias integradoras que possibilitem lidar com as carências das comunidades deslocadas e de acolhimento, e reduzir a intensidade dos conflitos sociais. A falta de uma estratégia integradora está a resultar numa maior pressão sobre os escassos recursos e serviços pré-existent nessas comunidades (pontos de água, acesso a terras cultiváveis, escolas, centros de saúde e hospitais, etc). Essa equação difícil requer uma reflexão profunda e mais eficaz para não repetir erros do passado e construir um futuro melhor.

CARACTERIZAÇÃO DA NOVA GUERRA E DESLOCAMENTO FORÇADO EM CABO DELGADO (SETEMBRO – 2022)

ANO 2000-2017: DA LUTA CONTRA A POBREZA À ECONOMIA EXTRATIVIVA

Reconstrução pós-guerra + cheias de 2000 + SDG-ODM Agenda (PARPA) + Dependência da APD de Moçambique + Planos Estratégicos de Desenvolvimento -CDC-Fóruns

GRANDES CORPORAÇÕES <ul style="list-style-type: none"> ENH OTAL (ENI Anadarko) Exxon Mobil SHELL HD Mining Montepuez Ruby Mining-Mwiriti Ltda Syrah Resources Gk Graphite Grafex Suni Resources Adjucação de concursos 	CONFLITO DE MILITARIZAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> Exército das FDS e Polícia da República de Moçambique Proindicus + Asas Airlines (Atanásio Mtumuke) WAGNER (círculo FRELIMO-Guebuza) vs. PSME-STEEP & Grupo Lancaster 6 e TUNAMOZ (círculo FRELIMO-Nyusi) MISSÃO SAMIM - Acordo SADC + Exército Ruandês MISSÃO de treino militar da UE 	INSURGÊNCIA ISLÂMICA <ul style="list-style-type: none"> Ahlu Sunnah Wa-Jama AL SHABAB Conexões internacionais do ISIS Crime organizado e máfias de fronteira 	PRINCIPAIS DOADORES <ul style="list-style-type: none"> ONU: Fundo Central de Resposta à Emergências (CERF) EE.UU - USAID-BHA (apoio militar e assistência humanitária) UE (EUTM) + Estados Membros (apoio militar e assistência humanitária) WB
POTÊNCIAS MUNDIAIS <ul style="list-style-type: none"> Rússia França Emirados EE.UU China UE SADC 	FRELIMO <ul style="list-style-type: none"> Grandes empresários e elites do Norte do País Governo e correntes políticas Frelimo 	ACÇÃO HUMANITÁRIA <p>745.000-950.000 pessoas deslocadas</p> <ul style="list-style-type: none"> 665.000 em Cabo Delgado (200.000 em Pemba + 70.000 em Nampula + 2.000 em Niassa) 350.00 meninas/os (52%) e mulheres (27%). Outros cálculos estimam em 946.000 (Junho 2022) <p>(Aproximadamente 4.000 mortes, metade das quais são civis)</p> <p>1.300.000 pessoas recebem assistência humanitária</p> <ul style="list-style-type: none"> Novembro de 2021: primeiros regressos da população deslocada 	CLUSTERS <p>Acção Humanitária O.I + ONG</p> <p>Cluster CCCM:</p> <ul style="list-style-type: none"> Coordenadores/as nos outros clusters + IOM, ACNUR-UNHCR, UNICEF y ONGs Gestão e Coordenação de centros de deslocados <p>Grupo de Segurança Alimentar</p> <ul style="list-style-type: none"> WFP-FAO + AVSI, Caritas, Iris Global, Plan Internacional, Oikos, SDAE, SIEPA Provisão limitada de alimentos e meios de subsistência. 480.000 pessoas (195.000 Pemba) <p>Cluster de Protecção:</p> <ul style="list-style-type: none"> Inclui protecção geral, infância, género, incapacidade Liderado por UNHCR (UNFPA, UNICEF) + Action Aid, AIFO, AVSI, Care, Caritas, CUAAAM, Fundación Ibo, Helpcode, Humanity & Inclusion, ICRC, Kulima, MSF, Save the Children, Street Child <p>Cluster de Abrigo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Construção de abrigos e fornecimento de kits não-alimentares Liderado pela OIM (UNHCR, UNICEF) + Oikos, CRS, AVSI, Ayuda en Acción, OFDA, Caritas <p>Cluster de WASH:</p> <ul style="list-style-type: none"> 28 instituições e ONGs para responder à necessidade de água potável, saneamento e higiene <p>Outros (sub)Clusters:</p> <ul style="list-style-type: none"> Saúde, Educação, Nutrição
GOVERNO DE MOÇAMBIQUE <p>Fórum Provincial Reconstrução Cabo Delgado; Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD)</p> <p>Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN)</p> <p>AOD BILATERAL: EE.UU, Alemanha, Japão, Dinamarca, Suécia, Canadá, Noruega, UK, Áustria, Bélgica, China, UE, Azerbaijão, Portugal, Espanha, Suíça</p> <p>ORG. INTERGOVERNAMENTAIS: UNICEF; WFO/PMA; UNFPA/FNUAP; UNHCR/ACNUR; WHO/OMS; PNUD; OIM</p> <p>ONG INTERNACIONAIS: Ver clusters</p>	DESENVOLVIMENTO	CARACTERIZAÇÃO DO DESLOCAMENTO FORÇADO <ul style="list-style-type: none"> PLANO DE RESPOSTA HUMANITÁRIA DE MOÇAMBIQUE (2019-2020-2021) PLANO DE RESPOSTA RÁPIDA PARA CABO DELGADO 2020 (52.1 milhões de dólares) <p>Segurança alimentar: + de 800.000 pessoas em risco de insegurança alimentar; Crescente desnutrição; melhor situação em centros de realocação do que em famílias de acolhimento (Pemba 40% em risco de insegurança alimentar); Distribuições em cheques ou em espécie por número de deslocados/famílias; Corta na ajuda e corrói o negócio; cluster atinge apenas 480.000 dos 750.000 em Cabo Delgado).</p> <p>Abrigo e moradia: 71% DIP em casas de família; Superlotação; abrigos precários e condições precárias de moradia; 14% em centros de acolhimento e recolocação; Cluster Shelter – baixa capacidade nos distritos que tinham mais pessoas.</p> <p>Acesso a serviços básicos de saúde e educação: Destruição de 1/3 dos centros de saúde; criação de unidades móveis; escassez de medicamentos e falta de serviços básicos; Há falta de escola e kits escolares, principalmente no ensino secundário.</p> <p>Violência de Género: Violência sexual e intraparecer; sequestro e exploração de crianças; casamentos precoces; necessidades alimentares e de higiene; criação de serviços móveis de violência de género.</p> <p>Vulnerabilidade climática: Ciclones Ideia e Keneth agravaram a situação em 2019; Covid19</p>	
COMUNIDADES E SOCIEDADE CIVIL CABO DELGADO <ul style="list-style-type: none"> Diferenças urbano-rurais ONG locais: AMA, CTV, Fórum Mulher, Promura, Rajano, UDACOMO/UNAC FOCADE-MASC (Governança RRNN, género, educação, HIV/SIDA) ONG locais trabalham junto a OI Autoridades tradicionais, chefes do bairro, Comités e Organizações Comunitárias (mulheres, jovens...) Organizações religiosas: Diocese de Pemba; Conselho Cristão, Comunidade Islâmica - CICAD -, União de Juvens Muçulmanos (UJOMU), Conselho Alimos CD 		Construção da Paz <ul style="list-style-type: none"> Planos de desenvolvimento + exército do Ruanda e missão da SADC insuficientes para paz Das vulnerabilidades a uma abordagem para a construção de capacidades para a paz Descolonizar a construção da paz. Paz de baixo para cima WUNNUWANA e UBUNTU, fazer a paz e a coesão social 	

ANO 2017-2022: CICLONES 2019 + ESCALADA DE GUERRA 2020

NOVA GUERRA
Causas

- Factores étnico-religiosos
- Pobreza e desigualdades
- Maldição de Recursos (Ganância e rancor)
- Geoeconomia e expansão da fronteira extrativista


Num contexto de **DISPUTA PELO CONTROLE DOS RECURSOS NATURAIS E NEGÓCIOS DE GUERRA**

- Insurgência muçulmana + ISIS <-> Homens de negócios do Norte + islamistas armados
- Homens de negócios Makonde -> FRELIMO (sensacionalismo) <-> Rebelião Mwani-islamista agravada por Makondes
- Divisões internas FRELIMO; Sectores governamentais <-> velha guarda
- Competição de controlo do gás entre grandes corporações, potências estrangeiras e o Governo de Moçambique

Gráfico 5: Mapa de atores do conflito.

Descrição do processo de chegada e das condições de estabelecimento e acolhimento





Os dados gerais da situação humanitária e o mapeamento dos principais atores humanitários e dos problemas mais urgentes não são suficientes para mostrar a realidade cotidiana que centenas de milhares de pessoas sofrem como vítimas de uma guerra que não provocaram nem procuraram.

Neste capítulo, apresentam-se os resultados dos questionários-diálogo com as famílias deslocadas, complementados com informações dos relatórios das principais organizações humanitárias que estão a trabalhar no terreno, e das entrevistas em profundidade realizadas¹.

1. Para a análise conjuntural, entre janeiro e fevereiro de 2022, foram realizadas cerca de quinze entrevistas em profundidade semiestruturadas com líderes de populações

A articulação do texto responde a uma abordagem processual do fenómeno do deslocamento, considerando os momentos de fuga, chegada e acolhimento/adaptação. Estes três momentos não são correlatos, lineares ou facilmente diferenciáveis, uma vez que dependem

deslocadas, comunidades receptoras, autoridades locais e nacionais, e organizações comunitárias, nacionais e internacionais de ajuda humanitária.

Todas as famílias entrevistadas que fugiram da guerra têm trajetórias e relatos muito diversos sobre as suas preocupações, necessidades e capacidades

de um conjunto de fatores como posição social, receção do apoio, redes de acolhimento (sejam formais ou comunitárias), contexto de assentamento e localização do ponto de partida, incluindo perspectivas de regresso.

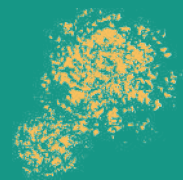
É importante ressaltar que todas as famílias entrevistadas que fugiram da guerra têm trajetórias e relatos muito diversos sobre as suas preocupações, necessidades e capacidades. Algumas famílias vivem com parentes, outras conseguiram terrenos para construir as suas casas, algumas têm casas cedidas ou pagam aluguer. Algumas têm acesso a terras para cultivar, outras envolvem-se no comércio, enquanto algumas dependem inteiramente da ajuda humanitária. Há aqueles que não recebem ou deixaram de receber assistência oficial, outros recebem em forma de doações e a maioria o faz por meio de vales de troca de alimentos. Algumas estão a reconstruir as suas vidas em novos lugares de acolhimento, outras aguardam pacientemente o momento de regressar e outras não sabem o que fazer com seu futuro.

A fuga

As histórias de fuga compartilhadas pelas pessoas mostram alguns padrões comuns: a violência e o medo dos ataques; o medo e as dificuldades durante a fuga; a passagem por vários lugares, os perigos e privações vivenciados até chegar ao destino; as dificuldades enfrentadas para conseguir meios de transporte; o cansaço e a tristeza; a lembrança daqueles que ficaram nas suas localidades de origem, os desaparecidos e aqueles que morreram no caminho.

A decisão de deixar as suas casas é uma decisão tomada principalmente pelos homens como chefes de família. Em alguns casos, foi uma decisão conjunta. Eles partem porque "a vida era difícil, eram atacados quase todos os dias", "achavam que o lugar seguro era Pemba", "precisavam sair de Mocímboa da Praia e encontrar um lugar melhor para ficar" ou "a guerra estava a intensificar-se e eles precisavam fugir".

Várias das pessoas deslocadas relatam que, antes de chegarem ao local onde estão atualmente estabelecidas, passaram por vários lugares. Algumas famílias



hospedaram-se na casa de parentes próximos e, após alguns meses, acabaram por se mudar para outro local por falta de privacidade, espaço insuficiente para todos ou porque as famílias de acolhimento não conseguiam mais mantê-las em suas casas. Outras passaram por vários lugares antes de chegar a Pemba, aos centros temporários ou aos reassentamentos. Geralmente, ficaram algumas semanas em casas emprestadas, com familiares ou pessoas que as acolheram por pura solidariedade. Em alguns casos, a estadia tem se prolongado nas famílias acolhedoras, enquanto em outros já conseguiram ter o seu próprio espaço, procurar uma casa, ou viver de maneira independente. De qualquer forma, as condições de vida continuam a ser mínimas, sobrevivendo em alguns casos com ajuda ou através de atividades precárias para atender às necessidades básicas, e sem possibilidade de projetar soluções mais duradouras que possam ajudá-los a superar a situação de vulnerabilidade em que se encontram.

As estratégias de fuga e seleção de destino respondem a um conjunto de fatores que condicionam a escolha dos grupos

deslocados². Questões como redes de apoio e solidariedade familiar ou de outro tipo (as pessoas vão para onde têm laços sociais pré-existentes ou onde existem pessoas ou grupos que podem apoiá-las), a existência de centros formais de apoio ou ajuda (certos distritos ou locais que, especialmente no caso de centros de trânsito, criaram a imagem de serem áreas onde irão receber algum tipo de assistência, como é o caso de Metuge ou Montepuez), capacidade económica e posição social (famílias com mais recursos, em muitos casos, se refugiam em cidades por terem meios, ainda que escassos, para retomar suas vidas com um mínimo de assistência), entre outros, têm influenciado e continuam a influenciar a escolha do local de destino.

A chegada

Em Metuge, Mueda, Nangade, Ancuabe e Chiúre estão localizados os principais centros temporários de população deslocada em abrigos de emergência de lona e/

Ver Scudder, T., & Colson, E. (2018). "From welfare to development: a conceptual framework for the analysis of dislocated people". Em Hansen, A. & Oliver S. (ed.), (2018): *Involuntary migration and resettlement. The problems and response of dislocated people*. New York, Routledge.



ou bambu. Existnoutros acampamentos menores nos distritos de Balama e Namuno. Há distritos como Palma, Mocímboa da Praia, Macomia, Quissanga e Muidumbe, onde, devido à situação de insegurança e conflito, mal foram estabelecidos centros de acolhimento, o que significa que as famílias deslocadas nesses territórios têm acesso nulo ou muito limitado à ajuda humanitária, também devido à falta de segurança enfrentada pelas agências das Nações Unidas e ONGs nacionais e internacionais.

De acordo com dados do DTM/OIM de junho de 2022, das 946.508 pessoas deslocadas,

apenas 30% (287.664 pessoas) foram realocadas em centros de reassentamento, assentamentos temporários ou extensões das comunidades de acolhimento. Esses centros estão localizados nos distritos do sul e norte da província e são gerenciados pelo governo ou por organizações internacionais como a OIM, na sua maioria, mas também por outras entidades como ACNUR-AVSI (Montepuez) e SOLIDARITÉS (Mueda). Os 70% restantes (658.844 pessoas) estão a ser acolhidos por familiares e amigos. De acordo com a mesma fonte, aproximadamente 65% das pessoas deslocadas estão na cidade de Pemba (139.566), seguidas pelos distritos

Población en Centros de desplazados de Cabo Delgado

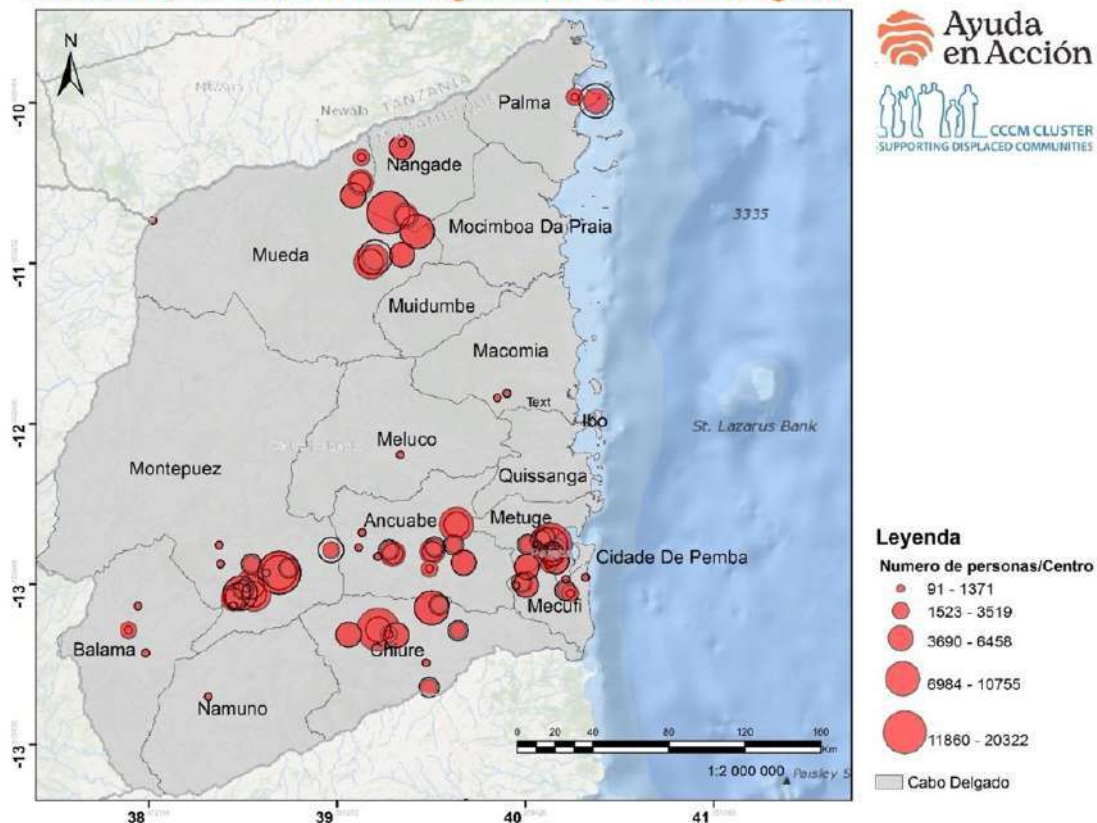


Gráfico 6: População deslocada nos centros de acolhida de Cabo Delgado. Elaboração: Ayuda en Acción Moçambique, Fonte: CCCM agosto 2022.

Uma parte significativa da ajuda recebida pelas pessoas deslocadas vem das próprias comunidades que as acolhem

de Metuge (126.000), Nangade (116.538), Mueda (104.270) e Ancuabe (82.496). A assistência ainda é limitada nos distritos que receberam um grande número de pessoas (Ancuabe, Montepuez, Mueda e Palma), e as necessidades habitacionais, acesso à água e saneamento em Pemba e nos distritos vizinhos (Balama, Chiúre, Mecúfi, Namuno)³ continuam urgentes.

É importante destacar que uma parte significativa da ajuda recebida pelas pessoas deslocadas vem das próprias comunidades que as acolhem. As comunidades locais, diante da situação de pobreza crónica e desigualdades económicas nas áreas rurais de Cabo Delgado, historicamente desenvolveram práticas de solidariedade e ajuda comunitária e familiar. Quando algumas famílias não conseguiam as colheitas esperadas ou não obtinham resultados na pesca, tinham os seus próprios mecanismos de redistribuição de recursos e manutenção da dignidade humana. Estes mecanismos, ligados às práticas das famílias extensas e às redes de solidariedade, estão a ajudar a mitigar o impacto dos deslocamentos.

O deslocamento em massa de comunidades inteiras da zona costeira do norte em direção ao sul e ao interior da província ativou estes mecanismos de solidariedade, ao ponto de que cerca de três em cada quatro pessoas deslocadas recebem o apoio das suas próprias redes, que as acolhem

3. OIM, (2022): Displacement Tracking Matrix. Baseline Assessment Round 16 - (May-June 2022).



diretamente ou que facilitam as suas condições de reassentamento, fornecendo-lhes abrigo, comida ou espaços para recomeçar as suas vidas.

No entanto, a escassez de recursos alimentares é generalizada em muitas dessas famílias de acolhimento, que têm poucas oportunidades de produzir por falta de terra e têm empregos precários ou informais, o que as obriga a gastar a maioria de sua renda (cerca de 90%) na compra de comida nos mercados. É paradoxal que muitas famílias dos centros de reassentamento oficiais tenham uma situação alimentar melhor do que muitas famílias de acolhimento. Essa situação é particularmente preocupante na cidade de Pemba, onde 40% da população está numa fase crítica de insegurança alimentar aguda (acima do IPC 3)⁴.

Das pessoas entrevistadas que chegaram à cidade de Pemba, muitas afirmaram que foram em busca de segurança,

4. Abellán, B., & Guereña, A. (2021).: *Emergencia alimentaria en Cabo Delgado, Mozambique, conflicto armado y desplazamiento forzado como motores de la inseguridad alimentaria*. Instituto de Estudos sobre Conflitos e Ação Humanitária.

principalmente porque tinham familiares, amigos ou conhecidos nas suas localidades de origem. Foram identificadas diferentes modalidades de assentamento: i) famílias que, após um tempo alojados com seus parentes, conseguem tornar-se independentes; ii) famílias que vivem em casas emprestadas por pessoas conhecidas, sem pagar nada em troca; iii) famílias que convivem na casa de parentes (inclusive duas ou três famílias juntas), o que gera muitas dificuldades e tensões devido à superlotação; e iv) famílias deslocadas que se reúnem para compartilhar os custos do aluguer de uma casa em conjunto na cidade. Isso não impede a existência de outras formas de assentamento, como acolher famílias desconhecidas em troca de vales-alimentação ou outro tipos de troca, ou a presença de assentamentos espontâneos de pessoas que ocupam terrenos ou alugam irregularmente espaços nas periferias das cidades e vilas.

Por sua vez, as pessoas e as famílias que estão nos acampamentos têm trajetórias diferenciadas. Em várias histórias, é mencionado que, uma vez que fugiram da guerra, durante as primeiras semanas foram alojados em casa de famílias desconhecidas,



que ofereceram as suas casas por pura solidariedade. Em seguida, foram transferidos para os centros de população deslocada. Nas entrevistas, é apontado que, durante a emergência, os centros de acolhimento não tinham condições para garantir acesso a serviços e condições básicas de vida (água e saneamento, abrigo, proteção, acesso a alimentos, saúde, educação...), eram totalmente precários e não contavam com infraestrutura que permitisse às pessoas sobreviverem com dignidade.

O fenómeno dos deslocamentos forçados representa a rotura dos antigos laços e redes que sustentavam e garantiam a vida das famílias. Portanto, a chegada implica não apenas um momento traumático, mas também criativo. Envolve um processo inicial de reconstrução dos elementos básicos da vida e da articulação social, tudo isso num novo local, sem esquecer os impactos causados pela perda de entes queridos e pelos traumas vividos durante a fuga. Com base em tudo o que foi mencionado, pode inferir-se que as condições de chegada e acolhimento para pessoas deslocadas internamente em Cabo Delgado são desfavoráveis devido à

precariedade das condições, dificultando o restabelecimento dos seus meios de vida.

Com base neste e noutros estudos realizados pela equipe, podemos destacar alguns dos impactos da guerra mencionados pelas próprias pessoas afetadas

- O stress financeiro, emocional, espacial e alimentar enfrentado pelas comunidades e famílias que acolhem as pessoas deslocadas.
- O aumento do custo de vida, o empobrecimento drástico, o endividamento das famílias e o aumento das desigualdades.
- Os traumas decorrentes da experiência da perda de familiares por assassinato, sequestro ou abuso por parte dos diferentes atores da guerra.
- A interrupção dos modos de vida e dos rituais considerados fundamentais para a vida pessoal e coletiva.
- A falta de acesso a plantas e outros medicamentos naturais que as pessoas costumam usar na sua vida diária nas suas comunidades de origem.

Além das violências acumuladas, do sofrimento e do medo que trazem consigo, somam-se as necessidades imediatas de sobrevivência e a falta de certezas sobre seu futuro

- O aumento da violência sexual contra mulheres e meninas, que se manifesta de várias formas: escravidão sexual, casamentos forçados de adolescentes, prostituição, gravidezes forçadas, abusos sexuais por autoridades civis, militares e líderes locais, violência sexual cometida por maridos e parceiros no contexto doméstico.

A adaptação

Uma vez que as famílias são obrigadas a fugir das suas casas, das suas terras e deixar tudo para trás para escapar da guerra, elas precisam recomeçar suas vidas noutro lugar - nem sempre familiar, nem sempre conhecido. Além das violências acumuladas, do sofrimento e do medo que trazem consigo, somam-se as necessidades imediatas de sobrevivência e a falta de certezas sobre seu futuro. Nesta transição, eles desenvolvem a sua nova rotina, uma rotina diferente da que tinham antes. Preocupam-se com o dia a dia sem muita certeza de encontrar soluções duradouras. Nos próximos blocos desta secção, são abordados os aspetos dessa rotina diária.

BLOCO 1.

A ALIMENTAÇÃO: Desnutrição, acesso diferenciado e limitado à alimentação

A desnutrição é um dos problemas mais preocupantes em todo o país de Moçambique. A guerra em Cabo Delgado e as constantes catástrofes ambientais estão a agravar a situação no norte do país. Nesta província, 90% dos lares das pessoas deslocadas e 72% dos lares das comunidades de acolhimento estão em situação de insegurança alimentar inaceitável, de acordo com os indicadores do Programa Mundial de Alimentos (WPF/PMA)⁵. Há mais de 75.000 crianças menores de cinco anos em situação de desnutrição aguda⁶.

5. Citado em Abellán & Guereña (2021).

6. IPC (2021) Moçambique [Cabo Delgado]: Food Security and Nutrition Snapshot I. Integrated Food Security Phase Classification. Julho 2021 <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-cabo-delgado-food-security-and-nutrition-snapshot-1-july-2021>.



O WFP/PMA assiste cerca de 400.000 pessoas por mês nas províncias do norte do país, a maioria delas em Cabo Delgado⁷. Essa organização, juntamente com a FAO, lidera o *cluster* de segurança alimentar, que optou pela distribuição de assistência alimentar através de duas modalidades: em espécie ou em dinheiro. A assistência em espécie consiste na entrega mensal (ou bimestral) de uma cesta básica de alimentos familiar contendo 50 kg (às vezes metade) de cereais, 5 litros de óleo e 10 kg de feijão. O PMA é o principal responsável pela distribuição dessas cestas, entregando-as aos chefes de família.

A outra modalidade é a assistência em dinheiro por meio de "vales de troca" mensais no valor de 3.600 MZN (cerca de 55 dólares), que são distribuídos pelos chefes de bairro e aldeia às famílias deslocadas, independentemente do número de pessoas que compõem a unidade familiar. Este tipo de assistência prevalece em áreas onde existem mercados locais ou algum grau de

comércio, especialmente na cidade de Pemba, onde há capacidade de abastecimento local.

Como exemplo, nos meses de abril e maio de 2022, o grupo setorial do *cluster* de segurança alimentar assistiu 1.025.000 pessoas nesses dois meses, mas teve que distribuir meias porções devido à limitação de recursos. Aproximadamente um terço da assistência foi distribuído principalmente como assistência em espécie, e uma pequena parte como rações de resposta imediata. Os outros dois terços da assistência foram distribuídos por meio de cheques ou "vales de troca"⁸.

A distribuição de alimentos, embora crítica, é um pouco melhor nos centros de acolhimento e reassentamento localizados nos distritos de Metuge, Ancuabe, Montepuez, Chiúre, Balama, Namuno e Mecúfi. Fora desses centros, a distribuição de alimentos direta ou por meio de "vales de troca" também alcança os lares de acolhimento, principalmente na cidade de

7. WFP Mozambique Country Brief, Junho 2022 <https://reliefweb.int/report/mozambique/wfp-mozambique-country-brief-june-2022>.

8. Fonte OCHA: <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-food-security-outlook-june-2022-january-2023>.
Revisado 10.08.2022.



Pemba e nos distritos de Mueda, Nangade e Meluco⁹.

A falta de ajuda é destacada tanto pelos responsáveis pelas organizações humanitárias como pelas famílias entrevistadas. Eles afirmam que a ajuda é mais constante e conhecida nos centros de acolhimento do que na cidade de Pemba, onde a assistência é mais intermitente e as dificuldades de acesso às informações e aos "vales de troca" de alimentos parecem ser maiores.

As famílias entrevistadas que estão alojadas nas cidades relatam que não contam com muito apoio. São poucas as organizações que operam nos bairros urbanos. Apenas recebem alimentos por meio dos "vales de troca", através dos quais obtêm principalmente óleo, arroz, farinha,

9. Fonte OCHA: <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-acute-malnutrition-situation-february-march-2021-and-projections-april>. Reformulado 10.08.2022. A maioria da ajuda alimentar divide-se entre Pemba (195.000 pessoas), Metuge (90.000 pessoas), Chiúre (45.000 pessoas), Ancuabe (35.000 pessoas) Montepuez (35.000 pessoas) e Cidade de Nampula (25.000 pessoas).

massa e feijão. A comida é escassa e pouco diversificada. Com esse valor (3.600 MZN), não é possível satisfazer a procura alimentar. Os cheques são válidos apenas para adquirir alguns itens de comida. Eles não têm acesso a outros produtos como açúcar, farinha de trigo, carne, peixe ou produtos de higiene. Aqueles que conseguem obter esses vales o fazem graças aos líderes do bairro ou a outras famílias que lhes deixaram seu vale quando partiram. O apoio é temporário: no início, eles recebem mensalmente, depois a cada dois meses e, em algum momento, deixam de receber, embora sua situação de necessidade não melhore e não sejam fornecidos apoios mais estruturais.

No caso das famílias nos campos de reassentamento, a realidade varia de acordo com o local em que se encontram. No caso de Montepuez (Mapupulo – Nacate), a ajuda é mais escassa. Limita-se praticamente ao fornecimento de alimentos a cada dois meses através do vale de 3.600 MZN. Em Ancuabe – Natove, por outro lado, os alimentos são distribuídos diretamente pelo PMA e têm

As mulheres deslocadas, tanto em Pemba como nos centros de acolhimento, destacam a falta de comida e água, bem como a necessidade de outros produtos, como roupas, itens de limpeza e para o lar, e materiais escolares

recebido apoio de outras organizações que fornecnoutros tipos de produtos não alimentares.

Em todos os casos, é ressaltado que a comida é insuficiente. Para lidar com essa situação, eles desenvolvem diferentes estratégias: algum parente próximo vai comprar comida e ajuda; eles compartilham a pouca comida que têm entre todos; reduzem o número de refeições por dia; economizam alimentos; tentam reduzir a quantidade de comida preparada para cada refeição; diminuem a quantidade de comida para que dure um pouco mais; fazem trabalhos ocasionais noutros campos para suprir deficiências.

As mulheres deslocadas, tanto em Pemba como nos centros de acolhimento, destacam a falta de comida e água, bem como a necessidade de outros produtos, como roupas, itens de limpeza e para o lar, e materiais escolares. Elas reclamam da impossibilidade de ter uma dieta mais variada, pois, desde que chegaram aos novos locais, têm se alimentado de milho, feijão e arroz, e não têm conseguido ter acesso a carne, leite, peixe ou frango por falta de dinheiro. No entanto, afirmam que não têm outra opção e que o mais importante é poder comer. Os homens, por sua vez, enfatizam as dificuldades de acesso aos "vales de troca", as irregularidades na distribuição da ajuda alimentar, os altos preços e a impossibilidade de usar parte do dinheiro desses cheques para transporte e compra de outros produtos noutros lugares a preços mais acessíveis. Não devemos esquecer que a guerra, a pandemia e a inflação dos últimos meses estão a causar consequências nas

cadeias de abastecimento em Cabo Delgado, o que se traduz num aumento dos preços, especialmente dos produtos importados.

Entre as soluções propostas pelas famílias deslocadas, destacam-se: mais assistência para a aquisição de alimentos, implementação de atividades de geração de renda e desenvolvimento de negócios; aumento do valor dos vales e do dinheiro em espécie; e um acompanhamento mais próximo e constante para garantir que a assistência chega às pessoas deslocadas que mais precisam.

BLOCO 2.

MEIOS DE VIDA.

As dificuldades da população deslocada para ter acesso a terras para poder cultivar e outros meios de vida

Fundamentalmente, existe uma ajuda assistencial baseada na entrega pontual de alimentos, dinheiro e insumos. Em poucos casos, o acesso à terra é garantido ou são oferecidas soluções para questões estruturais, como água, alternativas de geração de renda, saúde e educação. Isso impede que as pessoas possam organizar-se de forma definitiva. O grau de improvisação ao qual as pessoas são submetidas para seguir com suas vidas, seja nas cidades ou nos centros temporários e de reassentamento, é tão alto que se torna muito difícil para muitas pessoas pensarem

além do curto prazo da sobrevivência diária.

A duração prolongada da situação das famílias deslocadas está a gerar um debate sobre como articular estratégias para a geração de meios de subsistência. Organizações internacionais, ONGs e o governo estão a implementar programas de concessão de terras para cultivo nos centros temporários de acolhimento, programas de empreendedorismo e microcrédito em áreas urbanas, principalmente por meio da ADIN, com ajuda do Banco Mundial e do PNUD. Por outro lado, embora a maioria da população deslocada esteja sendo reassentada em centros definitivos, essa concessão de terras não é definitiva e não é acompanhada pela concessão de DUATs (Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra), o que perpetua a situação de temporariedade e precariedade dessas populações.

No entanto, essas não são as únicas formas de ter acesso a terras ou iniciar atividades produtivas. Além das instituições oficiais, as famílias deslocadas, principalmente nos centros de reassentamento que estão a receber terras por doação, aluguer ou empréstimo em troca de cuidar ou trabalhar nelas, afirmam que ter uma área para cultivar lhes permite complementar a alimentação quando não recebem ajuda alimentar. As famílias que vivem em áreas urbanas enfrentam mais dificuldades de acesso. Elas explicam que não há espaço para cultivar na cidade e que é difícil conseguir terrenos para isso. Também não é uma opção trabalhar nas terras



de outras pessoas, como na área rural. No máximo, podem ter pequenas hortas nos seus quintais, mas são obrigadas a comprar praticamente tudo no mercado e afirmam que isso, somado à falta de dinheiro, resulta na escassez de alimentos. Em qualquer uma das circunstâncias, a maioria das famílias, tanto urbanas quanto deslocadas em acampamentos, precisa de dinheiro para adquirir terras maiores e pede ao governo que lhes conceda terras para não dependerem de outras pessoas e que sejam fornecidas outras facilidades para iniciar novas atividades agrícolas e/ou profissionais.

Infelizmente, as iniciativas positivas neste âmbito são testemunhais e, na maioria das vezes, escassamente planejadas, levando em consideração apenas de forma mínima as características geográficas, culturais e étnicas das comunidades deslocadas. A improvisação resultou em paradoxos, como comunidades de pescadores mwanis realocadas para áreas remotas do interior, distantes do mar, ou comunidades agrícolas reassentadas em áreas periurbanas, com disponibilidade de terra muito limitada ou pouco produtiva.

A opção de planejar grandes centros de acolhimento provisórios com dezenas de milhares de pessoas deslocadas também não parece ter ajudado muito. Essa estratégia está a gerar conflitos com as comunidades residentes devido à disputa pelo acesso aos escassos serviços e terras agrícolas existentes. Por exemplo, o realocamento de uma parte significativa da população deslocada em Metuge, Ancuabe, Montepuez e Chiúre não parece ter sido muito adequado, uma vez que são áreas densamente povoadas, com terras pouco férteis para cultivo e, em alguns casos, muito próximas às zonas de conflito. Por outro lado, as terras férteis de Balama ou Namuno receberam apenas algumas comunidades deslocadas.

Nas entrevistas realizadas, também é destacado que, além das dificuldades de acesso à terra, a pressão demográfica em algumas áreas está a esgotar os recursos piscatórios, o que está a causar sérias reduções nos meios de subsistência de muitas famílias. Muitas das comunidades de pescadores deslocadas enfrentam grandes dificuldades para continuar sua atividade ou iniciar outras formas de sustento.

Mais de 40% da população não tem acesso a instalações adequadas de abastecimento de água

BLOCO 3. ÁGUA, MORADIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO:

A falta do abastecimento de água, a precariedade da moradia e o acesso limitado aos serviços de saúde e educação

Água

Os baixos índices de acesso à água em quantidade e qualidade suficientes, saneamento e recursos relacionados à higiene têm sido há muito tempo um dos grandes desafios da região. Mais de 40% da população não tem acesso a instalações adequadas de abastecimento de água e apenas um quarto da população possui instalações de saneamento melhoradas. Cerca de 15% ainda pratica fecalismo a céu aberto. Essas proporções são semelhantes nos centros de deslocamento e, embora tenham sido feitos avanços no acesso a latrinas melhoradas, ainda há muito a ser feito, especialmente no acesso a produtos de higiene¹⁰.

Mesmo nos casos em que têm acesso à água, esse acesso está sujeito a várias problemáticas. As famílias entrevistadas nos centros de Natove em Ancuabe e Mapupulo em Montepuez apontam a

10. Wash Severity Classification (2022). Overview-WSC Light. Cabo Delgado Province, Mozambique. Wash Severity Classification, January 2022 https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/REACH_GLO_Mozambique_WASH-Severity-Classification-WSC_Light-Report_January-2022_0.pdf.

insuficiência e baixa qualidade da água. Embora haja tanques de abastecimento de água, eles geralmente não são reabastecidos de forma contínua. A maior parte do tempo, eles precisam de ir buscar água em poços e rios. São as mulheres que se encarregam de ir buscar água para toda a família. Quando vão aos tanques, recebem uma senha que apresentam sempre que vão buscar água. O percurso costuma levar cerca de 20 minutos. Uma das principais dificuldades são as filas que, às vezes, causam alguns conflitos que são resolvidos pelos administradores do centro. Quando precisam ir ao rio, em geral, indicam que a jornada é tranquila, exceto pelo facto de que o caminho para chegar lá não é bom e têm de percorrer uma longa distância todos os dias (podendo levar 2 horas, ida e volta). Em média, eles precisam e conseguem obter 80 litros por dia. Afirmam que a quantidade de água é suficiente, embora dependa do número de pessoas na família. Em geral, eles conseguem a quantidade de litros necessária porque fazem quantas viagens forem necessárias ou várias pessoas da mesma família vão buscar água. Sobre a qualidade da água, não fazem muita menção, pois afirmam que a prioridade deles é tê-la.

Na cidade de Pemba (Mahate), geralmente existem torneiras nos pátios. Dependendo do consumo, as famílias têm que pagar entre 500 e 1000 MZN por mês (cerca de 7 a 10 dólares). No bairro de Josina Machel, eles têm que recorrer à água das cisternas e camiões. As mulheres são principalmente responsáveis por essa tarefa. As dificuldades são as filas que, às vezes, resultam em pequenos conflitos que são resolvidos de

maneira simples. O percurso não leva muito tempo (no máximo meia hora). No entanto, nem sempre conseguem os litros de água de que realmente precisam e, diante dessa insuficiência, precisam comprar água a vizinhos, onde são cobrados cerca de 10 MZN por 80 litros (0,15 dólares).

Moradia

Mais de 80% das pessoas deslocadas estão alojadas em casas superlotadas de parentes e conhecidos das comunidades de acolhimento, e o restante vive em assentamentos coletivos, superpovoados, com pouca privacidade. Desde a criação do *cluster* de abrigo e o aumento da coordenação e gestão de acampamentos, houve algumas melhorias na coordenação da assistência e, principalmente, na rapidez do auxílio com a entrada de novas pessoas e famílias deslocadas¹¹.

No entanto, a assistência em questões de moradia continua sendo muito deficiente, como fica evidente pela falta de atenção às famílias de acolhimento e pelas condições insalubres em que muitas delas vivem. A maioria dos centros temporários (planejados para abrigar as famílias por um período máximo de 6 meses) continuam abertos após dois anos sem terem recebido qualquer assistência adicional na moradia. Também há dificuldades em atender a necessidades de abrigo das famílias que estão a regressar. Entre as lacunas

11. International Organization for Migration (2021). *Crisis in Cabo Delgado, Mozambique Situation*. Report 1-16 June 2021, https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/situation_reports/file/iom_mozambique-cabo_delgado_crisis_sitrepl-16june2021.pdf.

destacam-se: a construção de moradias de emergência para as famílias realocadas em centros de reassentamento e que, portanto, têm um *status* mais permanente; bem como a falta de adequação da assistência em moradia a contextos especiais de famílias em situação de vulnerabilidade (idosos/as desacompanhados/as, mães solteiras chefes de família, pessoas com deficiência, vítimas de violência sexual...). A padronização das medidas de resposta no âmbito da moradia gera muitos problemas decorrentes e não atende a muitas das necessidades principais das famílias assistidas.

Entre as famílias entrevistadas, algumas conseguiram construir a sua própria casa com os seus próprios recursos e trabalho. Algumas compraram o terreno, noutro caso, um parente cedeu um lote, e outras duas famílias realocadas beneficiaram de uma alocação do governo, onde puderam construir abrigos temporários. Em geral, as moradias são pequenas para o tamanho das famílias. A média de pessoas por família no contexto rural dos centros de deslocados é de 5 pessoas, e a maioria dos abrigos de emergência possui dimensões entre 7 e 9 m². Nos centros de reassentamento, procuram-se soluções um pouco mais adaptadas para cada família, geralmente medindo até 16 m², correspondendo a cerca de 1 a 1,5 m² por indivíduo. De acordo com os padrões do Esfera, que orientam a assistência humanitária¹² estipula-se um mínimo de 3,5 m² por pessoa, sem contar o espaço para cozinhar, a área da casa

de banho e as instalações sanitárias. Da mesma forma, a maioria dos abrigos de emergência não possui divisões internas, sendo estes compostos por um único espaço e também não possuem portas ou outras medidas que melhorem a segurança interna. Essa configuração interna condiciona os conceitos tradicionais de privacidade.

Quase todas as famílias aspiram a melhorar suas moradias. No caso das famílias que vivem em Pemba, residem em casas emprestadas, superlotadas com famílias de acolhimento, e outras conseguiram alugar pequenas casas. Aquelas que se conseguiram tornar independentes valorizam muito a privacidade. Aqueles que ainda vivem com suas famílias de acolhimento mencionam as dificuldades de convivência e as tensões em casa, que aumentam com o passar do tempo. A assistência internacional em questões de moradia concentra-se nos centros de acolhimento, mas também é muito limitada. Além disso, é importante mencionar que as administrações e governos locais não facilitam a assistência de moradia nas cidades.

Saúde

No que diz respeito ao acesso à saúde, 80% dos centros de saúde nos nove distritos do norte de Cabo Delgado, mais afetados pelos conflitos, não estão a funcionar. A infraestrutura de saúde, já frágil por si só, foi ainda mais enfraquecida como consequência do conflito armado¹³. Nos distritos

12. Associação Esfera. Manual Esfera (2018): *Carta Humanitaria y normas mínimas para la respuesta humanitaria*, cuarta edición, Ginebra, Suíza. www.spherestandards.org/handbook.

13. Comité Internacional da Cruz Vermelha (2021). *Mozambique: o diretor de Atividades Operacionais do CICR afirma que a saúde pública se vê ameaçada em Cabo Delgado*

mais afetados pela violência, não há atendimento de saúde além do oferecido por unidades móveis do governo e organizações internacionais, focadas no combate a doenças como diarreia aguda, cólera e Covid-19. Também estão a ser feitos esforços para localizar a população deslocada com doenças crônicas (como HIV e tuberculose) para encaminhá-las aos centros de saúde locais, além de mobilizar recursos de saúde mental e apoio psicossocial para tratar os traumas da guerra. Na equipa de profissionais de saúde, há uma certa preocupação com a presença de curandeiros tradicionais que abordam problemas de saúde, mas cujos conhecimentos não são suficientes para tratar doenças que, do ponto de vista da medicina formal, são facilmente tratáveis.

Por sua vez, as famílias entrevistadas reclamam da falta de assistência médica e dos preços que precisam de pagar por consultas e medicamentos. Embora procurem ir a centros de saúde e hospitais, acabam por recorrer à medicina tradicional, pois confiam e têm conhecimento dos remédios tradicionais para tratar doenças comuns. No entanto, as pessoas deslocadas na cidade têm mais dificuldades para ter acesso a esse tipo de medicamento, e então precisam de os comprar. Em geral, costumam ir ao médico, embora algumas famílias mencionem que, nalgumas ocasiões, também recorrem a curandeiros para tratar febres, dores de cabeça, dores de estômago e nos olhos, além de lidar com invejas e espíritos malignos (madjini).

devido aos efeitos combinados do conflito e o clima extremo, <https://www.icrc.org/es/document/mozambique-el-director-de-actividades-operacionales-del-cicr-afirma-que-la-salud-publica-se>.

Educação

As escolas foram gravemente afetadas pela insegurança em Cabo Delgado. De acordo com o *cluster* de educação, até junho de 2021, mais de 200 escolas foram afetadas e 46 foram destruídas¹⁴, impactando dezenas de milhares de alunos e professores, o que tem causado retrocessos significativos na educação básica numa província que já apresentava indicadores educacionais muito baixos. O *cluster* está a tentar responder por meio de iniciativas de ensino à distância, kits de materiais de aprendizagem, formação de professores para prevenção de exploração e abuso sexual, apoio psicossocial a meninas que sofreram abuso sexual e a crianças recrutadas por grupos armados, melhoria dos serviços de água e saneamento nas escolas... mas ainda falta uma estratégia mais estrutural para abordar as carências das escolas nas áreas de acolhimento.

As famílias entrevistadas no acampamento de Natove relatam que os seus filhos não estão matriculados na escola e denunciam dificuldades administrativas. No acampamento de Mapupulo, observam que a situação educacional melhorou um pouco, embora as crianças das famílias tenham passado de 9 meses a dois anos sem frequentar a escola, levando alguns a decidirem não continuar os estudos. As

14. Relief Web. Mozambique Response to Insecurity: EIE Coordination Group/Education Cluster Year Overview - Reporting of activities from 1 January 2021 - 30 November 2021 [EN/PT]. <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-response-insecurity-eie-coordination-groupeducation-cluster-year>.



crianças que se estabeleceram em Pemba estão a frequentar a escola e têm facilidades para isso.

BLOCO 4. MULHER.

Violências, discriminações e necessidades específicas de mulheres e meninas

As mulheres deslocadas e as que as acolhem assumem grande parte das atividades diárias, e suas necessidades específicas geralmente não são adequadamente atendidas. A assistência durante a gravidez e o parto, devido à falta de cobertura das unidades de saúde e de profissionais médicos, além de questões culturais, costuma ser feita no ambiente doméstico. Entre as famílias entrevistadas, várias situações foram mencionadas: um parto que precisou de ser realizado pelas mulheres acompanhantes nas montanhas durante a fuga, outro parto assistido por uma enfermeira num hospital, de uma das famílias alojadas em Pemba, e um parto assistido no domicílio pela avó parteira de outra família deslocada na cidade. Também

são mencionados os partos das mulheres acolhedoras e de outras vizinhas nos acampamentos e nos barcos em que fugiram.

A maioria das famílias afirma que considera se as condições económicas do momento são propícias para ter filhos antes de tomar uma decisão a esse respeito. Geralmente, a decisão é tomada pelas mulheres ou em conjunto. Às vezes, recorre-se a curandeiras e parteiras tradicionais que ajudam a evitar gravidezes. Durante os rituais de iniciação, as meninas aprendem sobre prevenção da gravidez. Às adolescentes, é dito para evitarem relações sexuais com homens e, se alguma delas engravidar, as famílias tentam fazer com que o pai da criança a leve e se case com ela. Em algumas entrevistas, menciona-se que há famílias que incentivam a gravidez de meninas para aliviar a carga familiar nesse contexto de sobrevivência humanitária. Além do aumento das gravidezes precoces, também é mencionado o aumento da prostituição infantil devido à crescente precariedade das condições de vida.

Apesar de ser uma parte do cotidiano das mulheres e suas famílias, a menstruação das mulheres é uma questão pouco atendida. Nenhuma das mulheres participantes deste estudo considera que as necessidades das mulheres e meninas relacionadas à gravidez, parto ou menstruação estejam a ser devidamente consideradas, além de uma distribuição pontual e limitada de kits de higiene. Como resultado, enfrentam muitos problemas de higiene pessoal e sentem-se desconfortáveis. Durante a menstruação, as mulheres usam panos, calcinhas duplas e aquelas que podem comprar, utilizam pensos higiênicos. Nos acampamentos, às vezes são distribuídos kits de higiene, mas são insuficientes. À falta de pensos higiênicos, recorrem à limpeza com capulanas (tecido tradicional moçambicano) e tecidos presos com calções. Para resolver essa questão, sugerem que, ao planejar a ajuda, o material higiênico seja considerado de forma a que todas as mulheres e meninas possam ter acesso a pensos higiênicos e panos como um item básico, além dos vales-alimentação.

Embora não haja dados concretos, também se presume uma presença crescente de

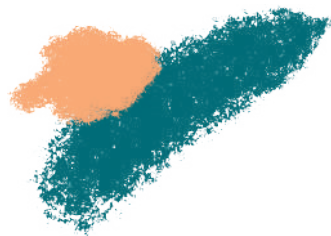
violência sexual e física contra as mulheres. No caso de vioções, algumas famílias indicam que aceitariam suas familiares violadas, submetendo-as a um ritual de purificação, enquanto outras as rejeitariam.

Através do *cluster* de proteção, está-se a tentar responder a algumas dessas questões. Embora seu trabalho seja limitado, há avanços significativos. Em 2021, em parte graças aos 6 espaços móveis em operação, mais de 40.000 mulheres tiveram acesso a serviços que tratam de casos e questões de violência de gênero, saúde mental, apoio psicossocial e programas de prevenção do casamento precoce. A comunidade doadora e o governo também estão a alocar recursos para atendimento e consciencialização, bem como treino de pessoal para prevenção e resposta à violência de gênero. No entanto, ainda há muito a ser feito.

Processos de integração e regresso



Falar sobre soluções duradouras num contexto em que os conflitos ainda estão presentes é complexo. Embora as operações militares tenham conseguido retomar as principais áreas ocupadas pela insurgência nas regiões central e norte, os ataques continuam, resultando no aumento gradual do número de vítimas e pessoas deslocadas, com uma tendência em direção à região sul da província de Cabo Delgado e norte da província de Nampula.



A ajuda humanitária continua a ser fornecida ao mesmo tempo que a situação de incerteza persiste, sem soluções claras em relação ao regresso ou à implementação de políticas e programas que promovam o assentamento sustentável das famílias deslocadas nos locais de acolhimento. Neste capítulo, são sistematizadas as percepções e expectativas sobre a ajuda humanitária, o regresso e a convivência a partir da perspectiva das famílias deslocadas.

A percepção sobre a ajuda humanitária

O conhecimento sobre os sistemas de apoio à população deslocada por parte do governo, das Nações Unidas e das ONGs é alto, embora sejam observadas diferenças marcantes entre as famílias que estão nos centros de acolhimento provisórios e assentamentos e aquelas que estão na cidade acolhidas por parentes e amigos. Nos campos de acolhimento, há um maior conhecimento sobre os mecanismos de ajuda humanitária existentes em comparação com as cidades, onde as informações parecem não chegar com clareza. Há também uma percepção de que a ajuda nos centros de acolhimento é mais abrangente e constante do que em Pemba, onde é mais intermitente e muitas vezes não chega às pessoas que precisam dela.

O atendimento humanitário imediato, ou seja, aquele fornecido nas primeiras 48 horas após o deslocamento, é

principalmente oferecido pelas famílias acolhedoras que os auxiliam de forma solidária nessas situações de extrema vulnerabilidade. Elas fornecem abrigo e alimentação. Com o passar dos dias e durante os primeiros três meses, as famílias, embora nem todas, recebem principalmente alimentos de organizações humanitárias, seja por meio de distribuição direta de alimentos ou através de "vales de troca". Aqueles que estão em acampamentos costumam ter um pouco mais de apoio. Além da comida, eles receberam enxadas, facões, sementes, materiais de higiene, utensílios de cozinha e cobertores. Na cidade, a assistência alimentar só chega nos primeiros meses, enquanto nos campos se estende além do meio ano, e além disso houve famílias que beneficiaram de programas que fornecem terras para cultivo e espaços e materiais para construir as suas casas.

Em geral, eles apreciam a ajuda que recebem, mas concordam que é insuficiente, pouco diversificada e não beneficia todas as pessoas deslocadas. A quantidade de comida que recebem não é suficiente para todas as pessoas da família, é distribuída de forma intercalada e acaba antes do tempo. Também existem algumas desconfianças entre os acampamentos, pois há a percepção de que a comida se esgota mais rapidamente nalguns do que noutros. Eles destacam as dificuldades no acesso à terra e meios de subsistência, bem como a incerteza em relação ao seu futuro.

As pessoas deslocadas não estão cientes de que têm direitos como população deslocada

As pessoas deslocadas não estão cientes de que têm direitos como população deslocada. Além disso, nenhuma das pessoas participantes do estudo pôde desempenhar um papel de liderança dentro da comunidade de acolhimento. Às vezes, é por falta de oportunidades, pois nalgum caso tentaram, mas não foram

escolhidas. Outras vezes, foi por falta de tempo, já que a maioria das pessoas está focada na sua sobrevivência e na de suas famílias. Na tabela a seguir, são apresentadas reclamações e necessidades de famílias afetadas que foram registradas em diferentes relatórios da ONU (CCCM, dezembro de 2021) e ONGs

A escassez de recursos alimentares e as limitações no acesso à terra para cultivo;

A falta de emprego e renda para comprar alimentos;

A resposta habitacional insuficiente e a precariedade dos acampamentos;

A falta de acesso a água potável, instalações sanitárias e outros bens básicos;

A incapacidade dos serviços de saúde e educação de atender toda a população;

A escassez de medicamentos para combater malária, cólera, HIV e COVID-19, e a falta de unidades móveis de saúde;

A falta de orientação em métodos administrativos, o que dificulta o acesso aos poucos serviços existentes;

Os cortes na assistência alimentar recebida por agências humanitárias, o que leva as famílias a práticas de sobrevivência;

A corrupção que ocorre na distribuição de alimentos, abrigos e ofertas de emprego;

A exclusão de famílias com base na origem geográfica ou filiação partidária das listas de distribuição;

A falta de atenção à segurança das mulheres e adolescentes que sofrem violência sexual, sequestro por grupos armados, violência doméstica, casamento precoce, exploração sexual e sobrevivência através do sexo, e que a ação humanitária não consegue atender adequadamente;

A falta de iniciativas para lidar com os traumas da guerra

Tabla 1: Percepção sobre a Ajuda Humanitária.



O regresso

As famílias entrevistadas sentem falta das suas casas e das suas vilas e estão preocupadas com a impossibilidade de continuar com os seus projetos de vida. Lamentam a falta de informações sobre os seus familiares perdidos ou sequestrados, e dizem sentir-se tristes e traumatizadas. Embora destaquem as experiências de solidariedade recebidas, também se sentem dependentes, discriminadas e marginalizadas pelas comunidades locais.

O futuro é visto como incerto. Diante da instabilidade da situação, decidiram não regressar por enquanto. Porque "não se sentem seguros lá", por "medo do que viveram lá". No entanto, a maioria enfatiza que, se a guerra acabar, deseja regressar. "Sentem falta das suas terras". "Viviam melhor lá". "Lá não faltava comida (...). Tinham as suas próprias casas (...). Tinham a sua própria horta". "Os seus antepassados estão enterrados lá". Querem recuperar suas propriedades e pertences. Desenvolver suas atividades profissionais. Agora sentem-se em terra estranha e supõem que será mais fácil reconstruir as suas vidas nos seus lugares de origem porque há mais meios de subsistência.

Conscientes de que o regresso não será fácil devido à destruição das suas casas, meios de subsistência e à falta de infraestruturas e serviços públicos, afirmam que, ao se organizarem para reivindicar os seus direitos, com apoio do governo e das organizações sociais e religiosas, ou mesmo sem ele, seguirão em frente. Provavelmente haverá um choque entre as suas expectativas e a realidade, sabem que "sua vida recomeçará do zero, mas encontrarão uma maneira de reconstruí-la".

Para isso, dizem que precisam de apoio para reabilitar suas moradias, ter acesso a materiais de construção, ter comida e utensílios domésticos, recuperar hortas, insumos agrícolas, animais de criação e áreas de pesca, ter acesso a empréstimos para iniciar negócios ou adquirir maquinaria agrícola ou de pesca, além de apoio emocional. Sonham em voltar a "viver bem", em ter segurança, em recuperar tudo o que foi destruído e em retomar a sua vida normal.

A falta de recursos económicos, o medo e os traumas e a falta de condições de segurança (já que a insurgência continua ativa) são os obstáculos apontados para o regresso. A maioria está desorientada e mal informada. Para voltar, estão conscientes de que são

necessárias condições mínimas de segurança e, a este respeito, as opiniões são muito diversas. Há pessoas que acreditam que é necessário aumentar as operações militares para enfrentar a insurgência, enquanto uma minoria é a favor da desmilitarização do conflito, retirando as armas da região, incluindo as forças de segurança nacionais. Outros destacam que o diálogo com a insurgência pode acelerar o fim da guerra, e que o governo deve combater sua própria corrupção, investir em infraestrutura, saúde e educação, e procurar maneiras de alcançar a paz. Em qualquer caso, grande parte das famílias aguardam instruções do governo para tomar a decisão sobre seu regresso.

Embora a maioria das famílias queira voltar às suas terras para poder produzir e continuar suas vidas, a falta de clareza sobre as possibilidades de regresso a médio e longo prazo também não ajuda, nem no planejamento da ajuda humanitária, nem nas decisões das famílias deslocadas sobre seu futuro. Há sinais contraditórios sobre a possibilidade de regressarem às suas áreas de origem.

Por um lado, os ataques continuam, mudaram de intensidade e se espalharam para outras áreas que antes eram mais ou

menos seguras na província. Às vezes, as autoridades militares anunciam avanços na segurança dos distritos do norte, mas outras vezes deixam claro que as condições de segurança ainda não foram totalmente alcançadas e pedem precaução e vigilância às populações. Alguns jornais relatam que há pessoas que conseguiram regressar às suas vilas para verificar a situação, mas decidem não voltar definitivamente porque consideram que a segurança não está garantida e porque não têm os meios para recomeçar. Essas pessoas, geralmente homens, deixam as suas famílias em locais seguros e vão e voltam, demonstrando que o regresso está longe de ser um processo regular e definitivo. Funcionários públicos e municipais estão regressando a Mocímboa da Praia, mas as operações de reconstrução de edifícios e infraestruturas básicas praticamente não começaram. O ACNUR considera prematuro o regresso das populações deslocadas porque não há condições para retomar as suas atividades em Mocímboa da Praia. Faltam moradias, serviços básicos, insumos para começar a cultivar, e a segurança ainda é precária¹.

1. Ver: 'Carta de Moçambique 24.05.2022': <https://cartamz.com/index.php/politica/item/10261-acnur-considera-prematuro-regresso-dos-deslocados-as-suas-aldeias> (Consultado: 27.09.2022).

Por outro lado, o governo de Moçambique, através da ADIN em colaboração com outros atores internacionais que trabalham na coordenação e gestão de acampamentos, tem trabalhado na construção de centros de reassentamento em Ancuabe, Chiúre, Mecúfi, Metuge e Montepuez, dando sinais às populações de que devem construir suas vidas lá e não regressar. Em suma, não há uma política coerente a esse respeito, uma vez que não há estratégias claras sobre o regresso ou reassentamento das populações afetadas.

A encruzilhada entre o regresso e a permanência é assim condicionada pela incerteza em relação ao futuro. O seu sentido de ação passa por fazer escolhas com base numa experiência de sofrimento passado, um presente marcado pela escassez e um futuro incerto. Escolher um caminho implica, dentro desse contexto, a necessidade de avaliar riscos em cenários improváveis, como a permanência ou o regresso.

A integração local

Enquanto algumas famílias têm uma ideia mais clara de regressar quando as condições permitirem, outras parecem estar dispostas a reassentar nas suas novas localizações. No entanto, elas enfatizam que para isso precisam de mais apoio para continuar com os seus projetos de vida, aprender

algumas profissões ou iniciar atividades comerciais ou negócios, encontrar emprego, bem como ter acesso à terra e a moradias que lhes ofereçam oportunidades reais de reassentamento digno.

As famílias nos bairros de Pemba destacam a dependência em relação às pessoas que as acolhem e a dificuldade de obter moradia, espaço para cultivo, trabalho, escola e os conflitos domésticos com suas famílias acolhedoras. Enquanto as famílias nos acampamentos estão mais preocupadas com os problemas de convivência com as comunidades locais, uma vez que, em algumas ocasiões, têm dificultado o acesso a poços de água ou a abertura de novas hortas.

Em praticamente todos os casos, o agravamento da pobreza vai sendo preocupante à medida que a situação de deslocamento se prolonga, enfatizando a rejeição que estão a enfrentar por serem pessoas deslocadas por parte de alguns setores da população, que os percebem como concorrência no acesso a recursos básicos, sociais e emprego, e temem por conflitos de convivência que possam surgir por esses motivos. É preocupante também a perda de rituais identitários e a mudança de práticas culturais, bem como a falta de estudo da língua materna por parte das gerações mais jovens. Em várias entrevistas com profissionais humanitários locais,



destaca-se que essa perda de identidade está relacionada ao enfraquecimento dos laços e mecanismos solidários intra-comunitários. Os deslocamentos contribuíram para a subversão das redes sociais locais de diferentes naturezas (sociais, políticas e económicas), sendo necessário reconstruir essas redes em novas localizações, tarefa difícil, pois, embora existam laços que possam ser reconstruídos com relativa facilidade (vizinhança, trocas, amizade), outros, como os laços familiares, são de difícil reconstrução, pois requerem a implementação de mecanismos como casamento ou descendência, cuja duração pode envolver longos períodos.

Algumas famílias estão a participar em capacitações para gerar meios de subsistência. Várias mulheres estão a iniciar atividades comerciais informais ou a dedicar-se ao trabalho doméstico para obter recursos adicionais para a sua sobrevivência. No entanto, reivindicam que, para poder se integrar localmente nos locais de chegada, é fundamental contar com apoio para soluções duradouras que lhes permitam gerar renda própria e reduzir gradualmente a dependência de terceiros, seja do governo, de organizações humanitárias, de seus familiares, conhecidos ou pessoas de boa vontade.

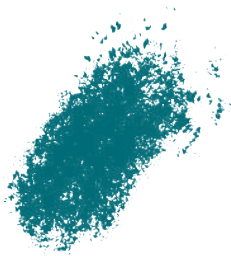
O Programa de Reconstrução do Norte, liderado pela ADIN em parceria com a

UNOPS, e outros programas de diferentes agências estão a implementar as primeiras iniciativas para a recuperação dos meios de subsistência, que, se implementados e desenvolvidos com uma visão atenta à realidade local, em consonância com as estratégias de sobrevivência das populações afetadas e de forma integrada, podem impulsionar os meios de subsistência tanto das comunidades deslocadas como das comunidades de acolhimento. A ausência de um mercado de trabalho formal, a baixa monetização do sistema económico, as limitações no acesso a técnicas, tecnologias e infraestruturas produtivas, a falta de conexões de mercado e as restrições no acesso a capital de investimento são elementos que devem ser considerados, evitando fórmulas pré-estabelecidas ou projetos padrão. A atenção aos mecanismos informais e às realidades económicas locais decorrentes do contexto de guerra e deslocamento é fundamental para evitar o fracasso.

Análise de riscos e conflitos nos processos de acolhimento e integração das comunidades deslocadas



As tensões abordadas neste capítulo procuram sintetizar as reflexões que surgiram a partir do trabalho de escuta com pessoas deslocadas, das observações da equipa local que estabeleceu o diálogo com elas, das entrevistas realizadas com vários atores humanitários e governamentais da região, da revisão da literatura e dos debates realizados no projeto 'Territórios em conflito' realizado por GgG e CEAP desde 2017 em Cabo Delgado, bem como a experiência da Ayuda en Acción na província.



Tensão 1.

A multiplicidade de agendas, programas e projetos presentes no território versus a insuficiência e falta de diversificação da ajuda

No capítulo 1, mencionamos alguns dos programas e fundos de ajuda humanitária que estão a ser implementados pela multiplicidade de atores humanitários em Cabo Delgado. No entanto, apesar do volume da operação, constata-se que não há capacidade operacional suficiente para alcançar toda a população, nem mesmo os grupos mais vulneráveis. Uma ideia generalizada é que a ajuda humanitária recebida é insuficiente, não basta para todas as famílias. São percebidas diferenças entre a ajuda fornecida em um acampamento e outro, entre a ajuda distribuída nos centros de acolhimento e aquela que chega às cidades, e entre as próprias famílias deslocadas. Os problemas de identificação das pessoas deslocadas, a escassez da ajuda, a falta de regularidade, a necessidade de outros tipos de suprimentos além da alimentação básica são algumas

das necessidades das procuras feitas pelas famílias deslocadas.

Além da falta de capacidade operacional humanitária internacional, é necessário acrescentar a fraqueza do Estado no norte do país e sua incapacidade de responder a centenas de milhares de pessoas que dependem da ajuda de organizações internacionais. Segundo algumas das pessoas entrevistadas, as últimas reformas descentralizadoras do poder em Moçambique geraram uma certa confusão na distribuição de competências e, ao contrário do pretendido, podem ter tido um certo efeito centralizador. Os esforços estão a ser duplicados e não há clareza na divisão de funções entre a ADIN, sob controlo do governo central, os planos de reconstrução das autoridades provinciais e distritais, os *clusters* e as forças de segurança. Nas iniciativas internacionais, a competição entre as agências das Nações Unidas, as organizações não governamentais dependentes de financiamento externo e das estratégias das organizações financiadoras, ou a existência de outras organizações mais independentes, com suas próprias agendas, acrescentam mais complexidade à situação.

O esforço de coordenação realizado pelas agências das Nações Unidas através do sistema de *clusters*, embora seja importante, requer um maior envolvimento por parte dos atores da resposta. Dificuldades como

o idioma, a regularidade e formato das reuniões, e a baixa participação das entidades administrativas e organizações locais dificultam um maior alinhamento. Além disso, algumas das pessoas entrevistadas apontam que as agendas próprias que são configuradas por meio da coordenação nesses *clusters* da operação humanitária estão distantes, em algumas ocasiões, das realidades cotidianas das pessoas que estão a sofrer essa situação.

Tensão 2. Soluções únicas para famílias em situações diversas

A ajuda humanitária, em espécie ou em "vales de troca", é distribuída com base no número de membros da unidade familiar, sem levar em consideração a modalidade de localização das famílias (centros temporários, reassentamentos permanentes, famílias de acolhimento...), nem o contexto rural ou urbano, nem o período de permanência, nem mesmo os níveis de insegurança causados pelo conflito nos diferentes distritos. Além disso, a identificação dos beneficiários e dos grupos mais vulneráveis para a distribuição da ajuda alimentar não tem sido fácil, uma vez que grande parte da população está em famílias de acolhimento e muitas pessoas, ao fugir, não conseguiram levar consigo os

seus documentos de identificação e títulos de propriedade.

A partir das conversas com as famílias, observa-se uma provisão generalizada de ajuda que reproduz mecanismos padronizados e uniformes de intervenção humanitária que não conseguem atender à diversidade de situações das pessoas deslocadas, nem alcançar todas as pessoas que precisam dela. Para estabelecer os critérios de redistribuição da ajuda, não há clareza na identificação dos grupos mais vulneráveis das famílias deslocadas nem das famílias de acolhimento a serem apoiadas. Os critérios variam de acordo com o projeto e as agendas das organizações que atendem aos seus próprios diagnósticos.

Por outro lado, embora seja uma questão que precise ser mais aprofundada, são descritas algumas diferenças no comportamento e na forma como o deslocamento foi enfrentado, levando em consideração critérios culturais e socioeconômicos. No planejamento da realocação dos centros de acolhimento e reassentamento, fica evidente a pouca consideração pelas características geográficas, sociais, econômicas e culturais das comunidades deslocadas. Não foi dada atenção suficiente aos seus rituais e práticas religiosas, e não foram consideradas nem as diferenças étnicas nem suas cosmovisões para facilitar a ajuda de acordo com suas aspirações, tradições e habilidades específicas.

Da mesma forma, a estratificação socioeconómica das famílias é um elemento que deve ser estudado com mais atenção, especialmente ao implementar novas iniciativas. Para avançar na eficácia da ajuda, é muito importante levar em consideração a composição social de origem e as capacidades dos grupos deslocados, uma vez que são elementos fundamentais que condicionam as respostas familiares ao deslocamento e suas estratégias de sobrevivência.

A questão da eficácia na adaptação está relacionada às habilidades das pessoas deslocadas e à combinação de circunstâncias no seu deslocamento, bem como em encontrar um meio mais ou menos favorável para reproduzir ou prolongar seus modos de vida tradicionais. No objetivo de avançar para uma sociedade mais justa e igualitária e construir novos imaginários, é importante mitigar e combater estereótipos e preconceitos étnicos, culturais e/ou religiosos, e respeitar as identidades existentes que fazem parte da diversidade de Cabo Delgado.

Tensão 3.

O formato da ajuda alimentar: entre a praticidade das agências e a realidade das famílias

É inegável o papel desempenhado pela ajuda alimentar na satisfação das necessidades

nutricionais básicas e garantia de formas de sobrevivência de centenas de milhares de pessoas deslocadas em Cabo Delgado. A escalada da guerra em 2019, que provocou um aumento exponencial do deslocamento interno, levou as organizações humanitárias a tentarem fornecer uma resposta imediata às necessidades alimentares dessas populações afetadas, articulando um sistema de distribuição de alimentos e "vales de troca" para sua aquisição.

No entanto, essa emergência repentina está a tornar-se uma emergência complexa e prolongada ao longo do tempo. Neste sentido, abre-se uma oportunidade para repensar, reorientar e reorganizar a ajuda humanitária, melhorando alguns dos elementos negativos identificados e buscando adequá-la às diferentes realidades, dando mais destaque à procura e expectativas das próprias comunidades deslocadas e acolhedoras.

Como já foi observado, a ajuda alimentar está a ser distribuída com base no número de membros da unidade familiar, seja em espécie ou em dinheiro por meio de cheques ou "vales de troca", que, juntamente com a renda do comércio informal, empregos temporários ou doações de familiares e amigos, são as principais fontes de renda para muitas das famílias deslocadas pela guerra.

Em várias entrevistas com responsáveis de agências internacionais e ONGs, este modelo baseado nas transferências em dinheiro foi considerado insustentável e gerador de dependência. Aponta-se que estão a ocorrer sérias dificuldades para arrecadar, dos

principais doadores, os fundos necessários para cobrir as necessidades financeiras. Especificamente, no início de 2021, o WFP-PMA declarou que não estava a arrecadar os US\$ 10,5 milhões mensais necessários para fornecer assistência alimentar a 750.000 pessoas (500.000 pessoas deslocadas e 250.000 das comunidades de acolhimento)¹, resultando no não cumprimento de suas previsões. Como resultado, este organismo internacional está a ser obrigado a economizar, implementando cortes generalizados na ajuda alimentar, realizando entregas bimestrais ou reduzindo os alimentos ou o valor fornecido às famílias.

A essa limitação na arrecadação de fundos, deve-se acrescentar a questão crítica sobre a eficácia e melhoria da assistência alimentar através do sistema de transferências em dinheiro, que essa organização tem vindo a defender desde meados da década de 2000. Em várias entrevistas com responsáveis por ONGs de ajuda humanitária e cooperação, enfatizou-se que essa ajuda de 3.600 MZN está a gerar muita dependência e passividade entre a população deslocada, as famílias acolhedoras e até mesmo entre pessoas que indevidamente estão a ter acesso a esses "vales de troca". Observa-se que essa modalidade desestimula o empreendedorismo e a procura por outras formas de subsistência pelas pessoas deslocadas. Além disso, técnicos de ONGs entrevistados apontam que essa modalidade de ajuda está a afetar os

mecanismos de solidariedade comunitária e as capacidades locais de resiliência, como os sistemas de trocas não monetárias, trocas de trabalho agrícola por alimentos (ganho-ganho), fundos comuns de empréstimos comunitários (xitiki) e outros mecanismos de solidariedade.

Para as pessoas deslocadas, ter dinheiro em espécie é importante porque permite adquirir terras para cultivar, comprar sementes, enxadas e outras ferramentas agrícolas, além de pagar pela educação escolar. Os cheques da ajuda alimentar direta dificultam essas outras estratégias. Esta modalidade de cheques e/ou ajuda alimentar direta, aparentemente controlada pelo governo e pelas agências humanitárias, não tem em consideração a diversidade de situações em que as pessoas deslocadas vivem, o que dificulta sua independência e reforça práticas clientelistas e patrimonialistas baseadas na má administração dos instrumentos e mecanismos de distribuição.

Tensão 4: Corrupção e lideranças locais

Embora estas práticas irresponsáveis não ocorram em todos os casos, na maioria das entrevistas com pessoas influentes nas comunidades e com responsáveis de ONGs, foi destacado que a distribuição por meio do sistema de chefes de aldeia e bairro dos "vales de troca" está a fomentar a esperteza, o clientelismo e a corrupção, o que faz com que parte da população necessitada

1. Ver: <https://www.wfp.org/news/wfp-provides-food-assistance-four-hundred-thousand-affected-conflict-cabo-delgado-despite>.

não tenha acesso à ajuda alimentar. Em alguns casos, enfatizou-se que a distribuição deveria ser feita por meio de organizações comunitárias das próprias pessoas deslocadas ou por mulheres, tentando evitar intermediários.

A corrupção na distribuição da ajuda, as discriminações na sua recepção ou os abusos por parte dos responsáveis pelas distribuições apresentam diferenças entre a cidade e os centros de acolhimento. É na cidade de Pemba que se aponta que essas práticas corruptas são mais frequentes. O governo, através dos seus órgãos, é quem escolhe os chefes de bairro que atuarão como intermediários com a comunidade deslocada. Estes líderes de bairro e as suas estruturas são frequentemente acusados de manipulação da ajuda. As pessoas reclamam que alguns chefes inscrevem os seus familiares nas listas de deslocados dos seus bairros para que tenham acesso à ajuda humanitária, em detrimento das famílias que deveriam ter esse direito.

Também é relatado que esses líderes locais utilizam os produtos da ajuda para revendê-los em vez de distribuí-los gratuitamente. São identificados pequenos negócios que surgem após a chegada da ajuda em pontos estratégicos da cidade e as pessoas sabem que pertencem a

indivíduos ligados a esses líderes. Também nessas áreas urbanas existem casos de solicitação de serviços sexuais em troca de comida ou outras vantagens no acesso à ajuda. Esse tipo de reclamação e denúncia foi obtido principalmente através de conversas informais ou do estabelecimento de relacionamentos de confiança com as pessoas entrevistadas. Em suma, há uma interrogação por parte das pessoas e entidades envolvidas nessas operações, que podem estar a transferir os sistemas clientelistas para o âmbito da ajuda alimentar, o que contribui para uma crescente falta de coesão social.

Tensão 5: As crescentes rivalidades entre as comunidades residentes e as pessoas deslocadas.

Do estudo, pudemos constatar, cada vez mais com o passar do tempo, que existem problemas de convivência e falta de solidariedade tanto entre as próprias famílias deslocadas como entre as comunidades de acolhimento. Em geral, as



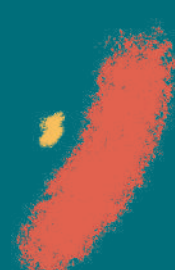
famílias deslocadas apoiam-se mutuamente, o que se traduz em doações de alimentos, trabalho comunitário, cuidados com crianças e idosos, e até mesmo empréstimos em modalidades como o xitiki, geralmente organizado pelas mulheres.

Em contextos rurais, os laços de solidariedade e o sentimento de segurança comunitária tendem a ser mais fortes do que na cidade. A homogeneidade da origem geográfica, étnica e/ou religiosa presente nos acampamentos favorece a interação e as relações solidárias entre as pessoas deslocadas, enquanto na cidade não há tanta interação.

Apesar de valorizar a solidariedade entre vizinhos, várias pessoas deslocadas, especialmente as estabelecidas nos bairros de Pemba, se queixam da xenofobia que enfrentam. Percebem que são discriminadas pela sua condição de refugiados, especialmente por receberem ajuda que as pessoas locais não recebem. Embora haja famílias que evitam reagir ou oferecer desculpas diante dos conflitos que surgem, outras optam pelo diálogo e compreensão com as comunidades de acolhimento. Alguns líderes comunitários das populações de acolhimento e das famílias deslocadas estão a tentar estabelecer estruturas de mediação comunitária.

A verdade é que a falta de serviços básicos agravada pela guerra, as limitações da ação humanitária, a pobreza e a necessidade de sobrevivência não são exclusivas das pessoas deslocadas, mas também afetam as famílias de acolhimento e o restante da sociedade de Cabo Delgado, resultando numa quebra de solidariedade, mudanças na moralidade, xenofobia, desconfiança, intolerância e tensões entre culturas, etnias, comunidades e grupos familiares.

Portanto, quando as condições nos locais de chegada são de extrema vulnerabilidade não apenas para as vítimas do deslocamento forçado, mas também para os próprios nativos, é muito provável que ocorram conflitos em torno da distribuição da ajuda e que ela seja instrumentalizada. É sabido que um dos fatores materiais que condiciona os conflitos, a rivalidade entre as comunidades nativas e comunidades deslocadas está relacionado aos cheques e ao acesso aos alimentos. Também ocorrem disputas pelo uso dos recursos locais (água, lenha, bambu, terras), assim como pelas práticas culturais (funerais, rituais de iniciação, etc.).



Conclusões e recomendações



Neste capítulo final, retomam-se as discussões tratadas nos capítulos anteriores para extrair as lições mais relevantes e, através delas, fazer algumas propostas de ação que serão redigidas na forma de recomendações. É importante compreender a paz de forma plural e contextualizada culturalmente, imaginar, pensar e alcançar um presente e um futuro de paz a partir da situação de deslocamento forçado, violência e frustração enfrentada pelos seus protagonistas. É crucial conhecer a complexidade das aspirações e ações propostas pelas comunidades afetadas pela guerra.

Principais lições do estudo

Lição 1:

As conexões entre guerra, o deslocamento interno

em massa e os interesses geoeconómicos

Não se pode ignorar as conexões entre guerra, deslocamento em massa da população, os interesses económicos e a importância geoestratégica de Cabo Delgado em relação às rotas comerciais legais e ilegais, e à expansão das fronteiras extrativas. Embora os fatores domésticos

(diferenças étnicas, religiosas, políticas, etc.) possam ter o seu peso, não se pode ignorar que estas novas violências, assim como em muitos conflitos no mundo, costumam estar ligadas a interesses extrativistas.

A guerra está a alterar a ordenação territorial e demográfica de Cabo Delgado, levando centenas de milhares de pessoas deslocadas a abandonar seus meios de subsistência. Portanto, é necessário ter em consideração a economia política contemporânea ao pensar e projetar políticas de apoio humanitário, desenvolvimento e paz. Soluções puramente pontuais e domésticas têm um impacto limitado e, frequentemente, não levam a mudanças estruturais, pois não consideram contextos nacionais e internacionais mais amplos.

A *realpolitik* das lutas pelo controlo dos recursos energéticos africanos parece prevalecer sobre os ideais de defesa dos direitos humanos, governo democrático, desenvolvimento humano e construção da paz que são mencionados em declarações e documentos dos principais atores internacionais.

Lição 2. Um modelo assistencialista que gera dependências

Sem questionar as boas intenções de ajudar as populações deslocadas e as comunidades receptoras, é preocupante o foco militarista dos atores que priorizam o combate ao terrorismo jihadista internacional e a expansão do Estado Islâmico como a única

solução para a guerra: uma operação com uma importante presença militar multilateral (exércitos da SADC e Ruanda apoiados tecnicamente e militarmente pelos EUA e UE e seus estados membros), complementada por uma grande operação humanitária que tenta responder a uma emergência que se prolonga no tempo. Entre 2017 e 2021, a comunidade internacional enviou mais de 915 milhões de euros, quando o orçamento anual de Moçambique é de cerca de 5,5 milhões de euros (a parte do orçamento do Estado não financiada por doadores estrangeiros¹), o que evidencia a dependência e a extensão da soberania efetiva do Estado.

Essa operação humanitária está a gerar dependências não apenas nos poderes públicos de Moçambique, mas também nas populações que sofrem com o conflito, alimentando formas de vida onde as pessoas são condicionadas por um modelo económico distributivo em vez de modelos baseados no incentivo à produtividade através da geração e aproveitamento das suas capacidades. O perigo dos modelos distributivos reside principalmente na acumulação de capital por entidades que possuem funções distributivas e que, diante de uma quebra nos fluxos de ajuda, condicionam de diferentes maneiras o desenvolvimento de modelos produtivos em escala. São abordagens que limitam a agência das pessoas beneficiárias dos programas e negligenciam as estratégias e agendas locais de desenvolvimento. A prioridade desses modelos distributivos, paternalistas e tecnocráticos, focados

1. República de Moçambique (2020): 'Proposta da Lei do Orçamento do Estado para 2021', Setembro, Maputo.

em aliviar a pobreza e ajudar as pessoas a reduzir suas necessidades imediatas, deve ser combinada com uma estratégia baseada em programas de assistência e participação comunitária sistêmicos que fortaleçam as capacidades locais e transformem suas condições de vida. É necessário apostar em modelos baseados na produtividade, ajustados aos contextos sociais e económicos locais e regionais, que promovam, potencializem e incidam nas capacidades e potencialidades locais, em um quadro em diferentes escalas, combinando o local com o internacional.

É hora de os atores desta operação em Cabo Delgado repensarem as suas propostas de intervenção e aprofundarem ações para trabalhar a materialidade e a imaterialidade das condições exigidas para a paz e o bem-estar. É o momento de trabalhar pela justiça social com emprego, direitos, educação, serviços públicos, saúde, infraestruturas de mobilidade e comunicação, seguridade social, inclusão e garantias de proteção, e pela justiça cognitiva, respeitando os imaginários culturais, expectativas e aspirações das comunidades para avançar na transformação positiva dos conflitos e na igualdade substantiva dessa província.

Para isso, é necessário esforço em conhecer para agir e ter a capacidade e flexibilidade para adequar as boas práticas do desenvolvimento internacional, em constante diálogo com a realidade local, a fim de alcançar uma eficácia real, compreendendo e respeitando a agência das pessoas em prol de uma maior justiça social.

Lição 3. É preciso apostar em abordagens que questionem as bases da atual intervenção em Cabo Delgado. É válido o foco do triplo nexó que está a ser proposto?

Para manter o amplo desdobramento existente, é necessário um financiamento multilateral e bilateral constante e crescente. A liderança das agências da ONU facilitou a troca de informações e avançou no planeamento técnico da operação humanitária. No entanto, não foi alcançada uma intervenção conjunta com o governo, que numa participação mínima nesses espaços de coordenação. Não há escuta suficiente entre os atores envolvidos na resposta, e um modelo competitivo para a obtenção de recursos foi estabelecido. Cada ator tem ou gera os seus próprios modelos de intervenção, que tenta aplicar num terreno sem prestar a devida atenção à realidade local.

Além disso, a permanência da guerra e necessidades humanitárias em constante transformação levantam um debate sobre o modelo atual. Em Cabo Delgado, há famílias que acumulam até três ou quatro anos em situação de deslocamento, em contraste com novas famílias que ainda são obrigadas a procurar refúgio diante da continuidade dos ataques. Esta circunstância levanta um dilema sobre continuar com uma operação humanitária focada em atender as

necessidades dos grupos mais vulneráveis ou avançar no foco do triplo nexo, tentando sincronizar a redução das vulnerabilidades das pessoas deslocadas, ao mesmo tempo em que se procura pôr fim à violência direta provocada pela insurgência, iniciar a reconstrução de Cabo Delgado e fortalecer a coesão social entre comunidades deslocadas e de acolhimento.

Abordagens humanitárias que visam aliviar o sofrimento e salvar vidas, baseadas em princípios ou normas como o projeto "Esfera" ou a abordagem de "não causar danos" para eliminar os efeitos negativos da ajuda e contribuir para a construção da paz, não são suficientes². Reformas para melhorar a coordenação, complementaridade, flexibilidade, localização, programação e financiamento por parte de doadores e autoridades não são suficientes. O caso de Cabo Delgado é uma oportunidade para superar abordagens paliativas focadas apenas na "proteção" e nas vulnerabilidades das pessoas afetadas por este tipo de guerra, e continuar a aprofundar um "humanitarismo crítico"³, que promova um

2. Pérez de Armiño, Karlos; Zirion, Iker (2010): La acción humanitaria como instrumento para la construcción de la paz. Herramientas potencialidades y críticas. Cuadernos de trabajo HEGO, nº 51.

3. Neste trabalho, procurou-se transcender as abordagens clássicas de denúncia-testemunho, de "do no harm" (não causar danos) e ir além do "novo humanitarismo" ou "humanitarismo da resiliência", destacando a necessidade de reinterpretar os princípios de humanidade, neutralidade, independência, humildade e imparcialidade além dos parâmetros liberais, compassivos, vitimizadores e apolíticos, a fim de colocar o foco na necessidade de que os processos de tomada de decisão levem em consideração as vozes das pessoas que necessitam de proteção. Ver: Ruiz-Giménez, I. A. (2017). *Una mirada crítica al <<humanitarismo>> desde los estudios pospositivistas*. Revista CIDOB d'Afers Internacionals, nº 117, pp. 173-196; e Hilshort, D. (2018). "Classical humanitarianism and

conhecimento mais próximo da realidade, leve em consideração a experiência das comunidades afetadas e potencialize a agência das pessoas e grupos humanos que sofrem com este tipo de guerra e catástrofes.

A expansão do conflito para novas áreas do sul de Cabo Delgado e norte da província de Nampula desde maio de 2022 alterou a geografia do conflito devido aos ataques esporádicos a comunidades dispersas em novas localidades. Essa ampliação da cobertura geográfica da guerra torna mais necessário do que nunca fortalecer as capacidades de resposta das autoridades locais e das comunidades, com o objetivo de responder de forma rápida a movimentos esporádicos da população em diferentes pontos do território. Trabalhar na preparação da resposta por parte dos atores e na resiliência das comunidades mostra-se como um eixo fundamental para lidar com as novas formas que o conflito tem adotado.

Em resumo, a resposta atual deveria prestar maior atenção a chaves como:

- O equilíbrio entre a urgência da resposta, "não causar danos" e "o direito à vida com dignidade";
- A instrumentalização e as conexões das intervenções de ajuda com a nova geoeconomia mundial;
- A influência das operações humanitárias e de construção da paz pela agenda

resilience humanitarianism: making sense of two brands of humanitarian action". *Journal of International Humanitarian Action*, 3:15.



internacional de combate ao terrorismo e/ou controlo migratório;

- A profissionalização e as técnicas de operações centradas em questões logísticas que negligenciam os impactos sociais, políticos, económicos, culturais, ambientais e de gênero causados por esse tipo de intervenção humanitária. As práticas operacionais de resposta não podem continuar a relegar conhecimentos locais, quotidianos e necessidades para segundo plano;
- Uma maior consciência sobre os benefícios e oportunidades que a cadeia de ajuda humanitária proporciona às elites económicas e políticas, em detrimento das pessoas que realmente precisam dela.

É possível incorporar essas chaves aos debates sobre o triplo vínculo que estão a surgir em Cabo Delgado? O debate atual é marcado por uma operação de ajuda crónica, que tenta conciliar programas de reconstrução e geração de atividades económicas para as comunidades afetadas, juntamente com programas incipientes de construção local para a paz, o que leva os responsáveis institucionais a refletirem sobre como simultaneamente articular as diferentes fases e níveis de intervenção.

Os futuros debates sobre o triplo vínculo em Cabo Delgado devem ser abordados apostando em estratégias que superem a reprodução da pobreza, desigualdade e dependências e submissões às quais essas comunidades historicamente têm sido submetidas. O foco deveria ser uma visão

crítica do triplo nexo, superando a ideia de recuperar o sistema preexistente que tinha enormes deficiências e desigualdades construídas sobre a base de uma violência histórica lenta. A relação entre a ação humanitária, desenvolvimento e paz deve ser guiada por um projeto alternativo que construa uma sociedade melhor, mais justa e solidária.

É necessário continuar a trabalhar na substituição do modelo de resposta atual, altamente burocratizado e com altos custos de gestão, por outro que dê mais espaço às organizações não governamentais independentes, que possam se comprometer a longo prazo, centrando sua ação no acompanhamento para o fortalecimento das capacidades comunitárias, mantendo a capacidade de resposta a situações agudas de deslocamento e não esquecendo que o protagonismo pertence exatamente a essas comunidades e suas organizações informais.

Lição 4.

As micropolíticas pela paz das mulheres de Cabo Delgado geram processos transformadores de dentro para fora e são fundamentais para o empoderamento feminista local

Estamos a lidar com uma população deslocada significativamente feminina, cujas experiências, vivências, narrativas e condições específicas além de não poderem



ser desconsideradas, também tornam fundamental a adoção de uma abordagem feminista. Nesse sentido, vale destacar três questões:

Em primeiro lugar, é relevante ressaltar a importância das micropolíticas de paz protagonizadas pelas mulheres nas suas comunidades. Embora sua presença nos espaços públicos seja limitada, as mulheres, especialmente as mais velhas, desempenham um papel central nos espaços familiares e comunitários. Além das mulheres que

ganham visibilidade em conferências e encontros internacionais e que, em vez de representar as vozes dessas outras mulheres que não podem falar, muitas vezes reforçam esse silêncio e a vitimização, é necessário dar protagonismo a essas outras mulheres reais e concretas, que têm sofrimentos profundos, mas também têm a capacidade de resistir e reinventar as suas vidas e as dos seus familiares e comunidades.

Em segundo lugar, é preciso ressaltar que na vida cotidiana dos campos de

reassentamento e nas famílias que acolhem, são as mulheres que realizam a maioria das tarefas relacionadas à infraestrutura da vida. O privado é político. As mulheres são responsáveis pela produção, preparação e distribuição de alimentos, pela procura de água potável, lenha e remédios naturais, pela limpeza do corpo, da casa e das roupas, pelos espaços de convívio social, pelo cuidado das crianças e dos idosos, pela educação básica dos seus filhos... Estas tarefas consideradas privadas e/ou familiares têm um alto valor político, uma vez que determinam as condições de sobrevivência e são tão ou mais relevantes do que a própria ajuda humanitária. Consequentemente, as decisões locais, nacionais e internacionais de ajuda humanitária e reconstrução da paz devem ter em consideração essas responsabilidades, que são pensadas como puramente domésticas, quando na verdade são as responsáveis por produzir e reproduzir a base material da vida e do tecido social.

E um terceiro e último elemento está relacionado à divisão sexual do trabalho. Tradicionalmente, a partir do feminismo ocidental, considerou-se que o trabalho no âmbito doméstico é uma das fontes mais importantes de opressão das mulheres. Esta questão está a ser refinada a partir do feminismo negro e decolonial, que parte da ideia de que existem outras formas de organizar o lar e as comunidades.

Foi observado que algumas tarefas domésticas, como o manuseamento de plantas medicinais, a obtenção de alimentos adicionais por meio do trabalho nos jardins, a gestão de celeiros e despensas, a vivência da maternidade e as relações

com os homens, conferem às mulheres capacidade de decisão, reconhecimento e autoridade. Sem pretender romantizar a carga de trabalho dessas mulheres, é fato que, em economias camponesas, com baixos níveis de monetarização e circularidade, existem concepções diferentes da divisão sexual do trabalho em relação às defendidas pelos feminismos de matriz ocidental. A ajuda humanitária e o trabalho com mulheres pelas organizações feministas e de desenvolvimento, sem cair em idealizações, devem procurar compreender estas outras cosmovisões e práticas sociais, ouvindo ativamente as mulheres e meninas e as suas aspirações por dignidade e empoderamento.

Lição 5.
Não existe uma solução única. É necessário pensar e preparar diferentes modalidades de acolhimento e assistência humanitária e gerar opções que não tornem as pessoas dependentes crónicas ⁴

É importante destacar que a ação humanitária neste conflito, bem como as incipientes intervenções para reconstrução e coesão social em Cabo Delgado, devem levar em consideração a complexidade das diferentes realidades enfrentadas pelas famílias deslocadas e pela população que as acolhe, abordando esses desafios

4. Parafraseando um dos entrevistados.

As famílias que se instalaram nas casas de parentes e receberam pouco ou nenhum apoio não são iguais àquelas que se estabeleceram nos centros de acolhimento

humanitários, de desenvolvimento e de construção de paz com base nas necessidades, potencialidades e capacidades coletivas locais.

As famílias que se instalaram nas casas de parentes e receberam pouco ou nenhum apoio não são iguais àquelas que se estabeleceram nos centros de acolhimento. O tipo de conflitos, tensões e dificuldades varia entre umas e outras. As possibilidades de conquistar autonomia também são diferentes. No entanto, o denominador comum em todas elas é a necessidade de contar com apoio não apenas nos primeiros dias e meses, mas a longo prazo, além da alimentação e produtos de assistência básica.

É evidente que as respostas à insegurança alimentar, às necessidades de abrigo, ao acesso aos serviços básicos de saúde e educação e à prevenção da violência baseada em gênero requerem um esforço de aprofundamento nas particularidades das diferentes realidades. Nessa diferenciação, deve-se considerar se o local de acolhimento é urbano ou rural, se a pessoa vive em Pemba ou na periferia, se está numa situação de deslocamento prolongado ou mais curto e com intenção de regresso, se é jovem ou idoso, se é mulher ou homem, além de levar em conta a bagagem cultural histórica de comunidades ainda tão marcadas pela diversidade étnico-linguística como as de Cabo Delgado.

Estes elementos diferenciadores devem ser considerados com maior atenção ao intervir tanto com a população deslocada como com a população local que a acolhe..



Lição 6. Apoiar-se nas lideranças responsáveis das comunidades deslocadas: legitimidade, autoridade e coesão social

É importante identificar os diferentes tipos de liderança presentes, seu papel na vida comunitária e a sua função na coesão social. Nos parágrafos anteriores, foi observado que a intermediação de muitos chefes de bairro e de aldeias está a ser questionada pelas comunidades deslocadas, que exigem maior protagonismo de seus líderes, autoridades locais e religiosas dos seus lugares de origem, que também estão deslocadas.

Além de manter os rituais culturais e religiosos, nos locais onde essas lideranças foram preservadas dentro das comunidades deslocadas, parece haver uma maior coesão social. Portanto, as agências humanitárias, organizações de desenvolvimento e reconstrução, ao replanejar suas intervenções e implementar suas ajudas, devem ter em consideração as vozes e propostas dos líderes religiosos das diferentes crenças, parteiras, responsáveis pelos rituais de iniciação e mediadores comunitários que possuem a legitimidade das suas comunidades deslocadas. No entanto, também não se pode ignorar que algumas dessas lideranças podem promover redes clientelistas e corrupção, por isso é importante articular

colaborações e acompanhamentos baseados na corresponsabilidade.

É necessário que as próprias comunidades e suas estruturas de poder étnico, religioso e partidário, as associações camponesas e de mulheres, as organizações de pessoas deslocadas pela guerra e por empresas transnacionais, os ativistas e a academia envolvidos na ação humanitária e na construção da paz, unam as suas forças e dialoguem em simetria. As pessoas comuns das comunidades, fora dos esquemas clássicos de associação, devem gerar novos e melhores mecanismos para uma auto-organização que promova novos projetos de convivência e identidade compartilhada, que as proteja dos atores armados, supere a vitimização e seja capaz de gerar espaços de diálogo para a paz.

As narrativas locais, as preocupações e aspirações das mulheres e homens de Cabo Delgado devem ser devidamente consideradas. É necessário um foco abrangente, baseado num diálogo aberto, profundo, criativo e construtivo entre as agências e comunidades envolvidas na resposta. Um diálogo que abandone posições ideológicas e fórmulas preconcebidas, com base num "novo contrato social" guiado por princípios de equidade e justiça social. É necessário ir mais fundo na realidade das necessidades, potencialidades e capacidades das comunidades de Cabo Delgado.

Lição 7.

Uma ajuda para a coesão: redes de solidariedade e apoio mútuo

Como mencionado anteriormente, a ajuda está a gerar dependência e não está a ser capaz de promover alternativas diante da perda do acesso aos recursos tradicionais e aos meios de subsistência de centenas de milhares de pessoas deslocadas.

A coabitação de pessoas deslocadas e populações de acolhimento está a provocar conflitos por recursos e serviços que já eram escassos. A periodicidade, os critérios de acesso, os conteúdos materiais e a adequação cultural da ajuda também são questões em disputa, tanto dentro das próprias famílias, como entre famílias acampadas em centros oficiais e famílias acolhidas por particulares, e entre comunidades deslocadas e de acolhimento que compartilham o mesmo território.

Uma ajuda sensível a esses conflitos, à melhoria da convivência e à coesão social requer, além de levar em conta idiossincrasias locais e contextos culturais, processos de acompanhamento para a construção de capacidades coletivas visando a melhoria dos meios de subsistência.

O fenómeno da ajuda contínua está a promover a transição de uma economia produtiva com baixos rendimentos para um sistema baseado na distribuição, que muitas vezes prejudica os já precários sistemas de subsistência anteriores.

Toda crise representa uma oportunidade para construir novos modelos de vida. Os mecanismos de distribuição devem ser adequados à situação das famílias e contribuir para a construção de capacidades que lhes permitam não apenas recuperar seus meios de subsistência, mas também melhorá-los. Para isso, além de estratégias de recuperação precoce, torna-se necessária uma visão sustentável a longo prazo para melhorar a precária situação inicial.

É fundamental que as instituições, tanto para o reassentamento definitivo como para o regresso, contribuam para a geração de oportunidades de vida e para a promoção e fortalecimento dos mecanismos de solidariedade tradicionais – o aumento do poder económico das comunidades deslocadas e uma nova ética monetária que promova uma cultura do dinheiro como valor de troca, e não como forma de acumulação e gastos supérfluos. O desafio não é simples. Devemos continuar a gerir o apoio material vital (alimentos, moradia, medicamentos, ferramentas), mas também garantir que essa ajuda humanitária seja um "fazer cuidando" que contribua para o bem-estar das pessoas e a coesão social.

Felizmente, a solidariedade das famílias de acolhimento ainda é muito maior do que as atitudes individualistas, xenófobas ou egoístas, e um exemplo disso é a porcentagem de famílias que vivem fora dos centros de acolhimento, com outras famílias agregadas. Portanto, é fundamental fortalecer os diferentes mecanismos de reciprocidade comunitária existentes e utilizá-los de maneira criativa e eficaz.

Embora na cidade de Pemba tenha sido ressaltada a diminuição da hospitalidade e da ajuda às populações deslocadas, conforme relatado por profissionais de ajuda, líderes comunitários e famílias deslocadas, também foram valorizados outros mecanismos de solidariedade comunitária e entre famílias.

É importante que as agências, no processo de fortalecimento desses mecanismos, levem em consideração os princípios, valores, atitudes culturais e formas de organização das populações locais, em vez de aplicar parâmetros de racionalidade instrumental. Uma abordagem hermenêutica do processo, baseada em diálogo franco e numa aprendizagem mútua é mais necessária do que nunca. Tornar possíveis novas combinações de práticas locais com mecanismos inovadores e experiências de outros lugares e tempos é fundamental se o objetivo for melhorar a vida das pessoas.

As intervenções humanitárias, de desenvolvimento e de recuperação são interações complexas entre atores e redes em todos os níveis, formas diferentes de ser e agir num mesmo território, carregadas de elementos culturais, técnicos e tecnológicos, ideologias, experiências, interesses e afetos que moldam a resposta que está a ser fornecida. Na descrição densa desse fenómeno, percebemos que ninguém é árbitro da verdade, que cada indivíduo age a partir de sua perspectiva e que é através de um diálogo horizontal e polifónico que podem ser construídas as pontes necessárias para reverter a situação e contribuir de forma colaborativa para um futuro melhor, que reverta a situação

passada que propiciou o conflito e a situação presente marcada pelo sofrimento da violência e do deslocamento forçado⁵.

Lição 8.

O regresso e a paz como ideais incertos que requerem as memórias da guerra e iniciativas inovadoras de construção da paz

A incerteza em relação ao regresso ou não no fim da guerra desestabiliza as famílias deslocadas, que aguardam ansiosamente as orientações das autoridades. Além do fim da guerra, as pessoas de Cabo Delgado estão preocupadas com o esvaziamento dos distritos, a persistência da situação de deslocamento e da ajuda humanitária, a incerteza em relação ao regresso aos locais de origem e a perda de identidade, valores e conhecimentos que a guerra está a causar.

No trabalho de campo com as famílias, confirma-se uma ideia dominante sobre o Estado paternalista. De acordo com essa concepção, é responsabilidade do Estado pôr fim à guerra, apoiar as pessoas para reiniciarem suas vidas, reconstruir as infraestruturas destruídas e desenvolver

5. É fundamental a construção de posicionamentos comuns, de um modo comum de ação a partir de metas compartilhadas e técnicas de ação coordenadas. Ver: Tuomela, Raimo (2010): *Cooperation as a joint action*. Stuttgart: Analyse e Kritik, 02, 2010; e Dubois, A. (2019). "La propuesta alternativa desde el enfoque de las capacidades. Conceptos y marco de análisis", em Jokin Alberdi et al: *Territorios en Conflicto. Claves para la construcción de alternativas de vida*. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratzuz. 25-69.



a província para que não haja mais moçambicanos de primeira e segunda classe. Esta ideia contrasta, embora não seja incompatível, com uma crescente desconfiança em relação às instituições estatais (Da Silva & Cunha, 2021).

Apesar de muitas das famílias entrevistadas defenderem uma maior presença das forças de segurança internacionais, os crescentes gastos com operações militares "antiterroristas" para manter a paz não garantem o fim do conflito e, portanto, adiarão ou frustrarão as expectativas de regresso de muitas das comunidades deslocadas. É necessário complementar as estratégias "militaristas" e investir em memória, diálogo, meios de subsistência e trabalho para construir a coesão e o bem-estar social.

É muito importante trabalhar a memória através de relatos orais do presente. É importante preservar a dor, o sofrimento e a resistência dessas pessoas, que não podem ser silenciadas ou esquecidas para sempre. Há um trabalho de memória que precisa ser realizado e que é fundamental para avançar nos próximos passos do diálogo, mediação e coesão social. A chave está em compreender o passado a partir do presente e como ele condiciona as visões de futuro. É necessário alterar a abordagem de recuperação, que considera o passado como futuro, romantizando-o através dos jogos da memória. Numa situação presente mais precária do que a anterior, romantiza-se o passado como um futuro desejável e, em menor medida, como algo menos ruim em comparação com o presente.

Embora o passado e a memória sejam pontos de partida importantes para estabelecer a sintaxe e a semântica do presente, não são os limites do mundo nem do futuro. Deve-se construir um projeto social, capturando as lógicas e conteúdos do local imersos em contextos nacionais e internacionais, como alavancas para um futuro melhor. Mesmo nos eventos mais traumáticos, aqueles que deixam as pessoas mais desamparadas, surgem reações que potencializam a iniciativa, a criatividade e a inovação⁶.

As iniciativas atuais de construção da paz estão mais voltadas para o fortalecimento das capacidades de segurança e prevenção do jihadismo entre os jovens. Nos últimos dois anos, a comunidade internacional e o governo implementaram algumas iniciativas voltadas para evitar conflitos intercomunitários e gerar meios de subsistência. No entanto, são poucos os programas que apoiam a capacidade mediadora e negociadora do diálogo interreligioso, lideranças comunitárias e autoridades locais comprometidas, que têm um potencial importante para acabar com a violência direta gerada pelos grupos insurgentes.

Olhando para o futuro, seria muito importante abrir novos espaços de diálogo entre comunidades deslocadas, organizações da sociedade civil, responsáveis governamentais e comunidades internacionais para articular um plano de

6. Fernández de Rota, J. A. (1988). "Antropología social y semántica". En Lisón Tolosana, Carmelo (ed.): *Antropología social sin fronteras*. Madrid: Instituto de Sociología Aplicada de Madrid.



regresso. Para isso, é fundamental ocorrer uma transição dos focos de vulnerabilidade das pessoas afetadas, que muitas vezes geram dependência e submissão, e que são úteis no momento inicial como mecanismos de resposta rápida a crises, para enfoques onde prevaleça a geração de meios de subsistência, o respeito mútuo e a garantia de que todas as vozes sejam ouvidas, e que os conhecimentos e propostas da comunidade sejam levados em consideração.

É hora de apostar numa construção local para a paz baseada no diálogo, experiência e conhecimento das comunidades de Cabo Delgado, combinados com a aprendizagem de experiências bem-sucedidas noutros contextos.

Lição 9. Mudanças demográficas e espaciais em Cabo Delgado: a necessidade de um debate profundo sobre o "regresso" das comunidades deslocadas

O território e a sua dinâmica espacial estão a ser profundamente alterados devido à implementação de grandes projetos extrativos. Desde os Acordos de Paz em 1992, as dinâmicas territoriais estavam nas mãos das comunidades residentes com intervenções pontuais

do Estado. A partir da segunda metade da década de 2000, o mapa de ocupação de terras na província de Cabo Delgado foi alterado, não apenas devido aos grandes projetos, mas também e de forma significativa, pelas expectativas geradas em relação à exploração dos recursos naturais (florestas, depósitos minerais, uso de infraestruturas produtivas, áreas de especial interesse turístico e paisagístico, conservação ambiental, entre outros usos).

Essa reorganização do uso e da titularidade da terra e dos seus recursos, apesar das cautelas adotadas nos instrumentos que a regulam, requer uma visão espacial mais alinhada com o futuro das pessoas. Esta questão da reorganização territorial não foi devidamente integrada nas estratégias de desenvolvimento para Cabo Delgado. Optou-se por um planejamento que atendesse às necessidades de crescimento económico do país, sem enfatizar suficientemente o bem-estar da população como primeira prioridade.

A guerra também trouxe mudanças demográficas que dificultam a formulação de alternativas ao desenvolvimentismo dominante. Houve um esvaziamento do território, especialmente nos distritos afetados pela guerra, através do deslocamento interno da população. A demora dessa situação para centenas de milhares de pessoas, a urgência de continuar a vida e construir contextos de sobrevivência e normalização da vida cotidiana, as altas taxas de natalidade e a baixa expectativa de vida que favorecem uma rápida renovação geracional, deixam o

terreno fértil para perpetuar esse modelo.

Os responsáveis governamentais, as organizações internacionais e a comunidade científica deveriam prestar mais atenção às incertezas sobre o regresso às suas terras de origem, às reações das gerações de jovens que crescem e se relacionam longe das aldeias dos seus antepassados, e ao desespero dos idosos que temem perder as suas memórias e os seus conhecimentos.

Recomendações para avançar em direção à mudança

Com base nas lições e aprendizagens desta análise, a seguir é apresentada uma série de recomendações que destacam a necessidade de aprofundar de forma sistémica o conhecimento e o contexto local para planejar futuras ações e intervenções, com ênfase na participação e protagonismo das visões e cotidiano dos atores locais. Estas recomendações e sugestões foram divididas em dois blocos: o primeiro está mais relacionado à necessidade de transformar o modelo de resposta e o triplo vínculo para este território; e o segundo traz propostas concretas para a intervenção comunitária e o fortalecimento da agência coletiva.

Sobre o modelo de intervenção e o triplo nexo em Cabo Delgado:

Em várias das lições aprendidas, sugere-se a necessidade de uma mudança epistemológica para deixar para trás as propostas teóricas, analíticas e metodológicas convencionais da ação humanitária, do desenvolvimento e da paz. A agenda atual que procura fornecer respostas a esse tipo de guerra atende parcialmente às necessidades vitais das populações afetadas e não leva suficientemente em consideração os seus conhecimentos, expectativas e aspirações.

A guerra e a crise humanitária em Cabo Delgado podem ser uma oportunidade para colocar em prática novas contribuições das abordagens críticas de economia política, desenvolvimento humano local sustentável, paz e transformação de conflitos, avançando em direção a uma ação humanitária e cooperação internacional para desenvolvimento e construção da paz mais transformadoras.

Em relação a esta proposta de transformação do modelo de resposta em Cabo Delgado, as seguintes ações são sugeridas:

1 Criar um laboratório de pesquisa-participação sobre o Triplo Nexo, com o objetivo de avançar em conceitos e conteúdos, compreender suas limitações e fornecer novas ferramentas de análise e intervenção para o pessoal das agências e organizações nacionais e internacionais e para os líderes locais. Alguns tópicos que podem ser analisados incluem: 1) identificação dos diferentes atores envolvidos no Triplo Nexo; 2) coordenação entre os diferentes atores do Triplo Nexo;

3) identificação de ferramentas adaptadas para operacionalizar o Triplo Nexo de forma a garantir intervenções de curto, médio e longo prazo numa mesma área geográfica.

2 Organizar uma conferência sobre ação humanitária, cooperação para o desenvolvimento e construção da paz em Cabo Delgado, onde, a partir de uma perspectiva crítica, sejam debatidos conceitos, fundamentos e estratégias tanto dos principais atores nacionais e internacionais presentes no território como das comunidades locais. A organização e preparação desse evento devem ser articuladas a partir de um processo de participação cidadã, e um dos resultados finais da conferência poderia ser um "livro branco" sobre ações concretas a serem realizadas no âmbito do Triplo Nexo em Cabo Delgado, em harmonia com as políticas, planos e estratégias dos parceiros envolvidos.

3 Conceber e desenvolver um plano de capacitação direcionado ao pessoal técnico das agências, organizações não governamentais, lideranças e associações locais que trabalham com as populações deslocadas e afetadas pelo conflito. Esse plano de capacitação deve incluir a elaboração e o design de instrumentos de educação popular e cursos de formação de multiplicadores(as) baseados em metodologias colaborativas e de pesquisa-participação (IAP) que aprofundem os atuais diagnósticos e contextualizações elaborados até agora, superando os métodos clássicos de conhecimento científico.



Sugestões concretas para as intervenções

Ao longo do texto, várias questões surgiram que precisam ser respondidas e estão relacionadas com as necessidades existentes, o contexto social, político e económico local, bem como com o impacto das intervenções em diferentes áreas.

Com base nessa análise, a seguir são apresentadas algumas propostas concretas e sistêmicas que são resultado não apenas desta análise, mas também dos diálogos ocorridos nos últimos anos, com destaque para os últimos meses, no contexto deste trabalho.

4 Enfatizar análises e respostas integradas, sistêmicas e localizadas às lacunas na resposta. Os sistemas nacionais de resposta em Moçambique estão em

processo de construção, devido à fragilidade institucional, falta de cobertura e baixas capacidades técnicas e económicas. É necessário fazer um esforço para desenvolver essa capacidade nos diferentes níveis territoriais, tanto em termos de bens, infraestruturas e serviços, como em termos de capacidade humana.

Também é importante aproveitar a oportunidade oferecida pela ajuda internacional, de forma racional, efetiva e criativa, a fim de evitar a proliferação de estruturas e esquemas que aumentem a tensão e a capacidade de suporte, tanto do orçamento do Estado, considerando a racionalidade dos recursos, como das estruturas comunitárias, através de uma abordagem sequencial que permita atender às lacunas imediatas, considerando sua escalabilidade futura e associadas a planos de sustentabilidade.

5 Transformar as lacunas e as estratégias de resposta e recuperação em oportunidades de geração de renda para as comunidades deslocadas e de acolhimento. Os volumes de ajuda representam uma importante fonte de recursos para as comunidades e agentes económicos. Analisar os nichos de oportunidade e suas cadeias de valor, além de implementar programas que permitam a integração de pessoas e empresas locais nas cadeias de produção, comercialização e/ou distribuição, pode representar um avanço significativo para o aumento da riqueza e a redistribuição de benefícios. Essas oportunidades podem ser fundamentais em diferentes níveis e em economias de escala.

Alguns setores que podem ser impulsionados, considerando as necessidades existentes, são:

- O incentivo à agricultura, pesca e pecuária de pequena escala, visando promover tanto a alimentação como o comércio desses produtos em pequena escala.
- A promoção da produção agropecuária para comercialização e aumento da renda tanto das famílias como das pequenas e médias empresas produtoras.
- O estabelecimento de sistemas de conservação e comercialização de produtos agropecuários e piscatórios.
- A produção local de bens essenciais para a vida, como produtos de higiene, roupas, sabão, entre outros, que possam gerar renda para os produtores e atender às necessidades mais urgentes.



- O fortalecimento do comércio, visando melhorar sua permeabilidade e penetração em diferentes níveis, incluindo o comércio local de bens de primeira necessidade nas comunidades e a melhoria da qualidade e gestão dos comerciantes para fornecer produtos nas cadeias de distribuição apoiadas pelos agentes de resposta.
- A promoção da prestação de serviços básicos locais em setores como a habitação, o processamento e tratamento de alimentos, os serviços de reparação para sistemas de água e os meios de comunicação e transporte.
- A capacitação em artes e ofícios para aproveitar as habilidades e atender à

procura real presente e futura, tendo em consideração as limitações de absorção de mão de obra do emprego formal existente na região.

6 Fortalecer os sistemas de resposta precoce aos deslocamentos forçados da população. No atual contexto de incerteza em relação à expansão geográfica da violência armada, aumentar a resiliência e a capacidade de resposta no nível comunitário, bem como nos órgãos de administração e sociedade civil, mostra-se como um elemento fundamental. A ocorrência de eventos violentos e climáticos em todo o território provincial e nas regiões vizinhas, assim como a tipologia dos ataques (incidentes de pequena

dimensão, mas com impactos significativos na mobilidade das populações), favorece a possibilidade de que esses eventos se repitam constantemente e em diferentes pontos do território. Em alguns casos, os deslocamentos são de curta duração, mas noutros, podem ser definitivos. É essencial cuidar para criar estratégias e mecanismos de resposta rápida que possibilitem lidar com esses deslocamentos temporários, promovendo e fortalecendo as capacidades de resposta das comunidades sobre como operar nessas situações e implementando mecanismos para o acolhimento em pontos de concentração e atendimento imediato por parte das autoridades e agentes de resposta.

7 Fortalecer instrumentos, mecanismos e ferramentas de convivência entre comunidades deslocadas e comunidades de acolhimento para mitigar os riscos de conflito. A convivência é um elemento fundamental para a construção da paz e coesão social. Num contexto marcado pela pobreza e desigualdade, com dificuldades históricas e profundas no acesso a recursos, bens e serviços essenciais para a vida, os conflitos pelo acesso a esses recursos são fenómenos comuns. É necessário investir em mecanismos de diálogo e estratégias de trabalho comunitário para mitigar tais desigualdades.

8 Articular uma linha de trabalho de pesquisa-ação de memória e construção local para a paz com uma metodologia situada, participativa, feminista e decolonial. As custosas operações militares

para a manutenção da paz não estão a contribuir além da contenção da violência direta nas áreas afetadas, portanto, é necessário abrir outras vias para avançar na finalização negociada deste conflito armado e trabalhar na construção local para a paz. As propostas comunitárias de negociação dialogada para pôr fim ao conflito, a construção de uma memória compartilhada e a busca pela verdade, a articulação da convivência pacífica, da coesão social e de uma cultura sustentada para a paz em Cabo Delgado devem estar na agenda.

Algumas propostas concretas de ação dessa linha de trabalho seriam: fortalecer e promover mediações comunitárias e diálogos interreligiosos, interétnicos e multilaterais para avançar na finalização do conflito armado; desenvolver processos reflexivos e propostas para a paz mediante grupos de discussão ou fóruns comunitários, com a participação efetiva de jovens e mulheres; estimular conversas com outras redes comunitárias e movimentos sociais de outros lugares do mundo que tenham experiência na construção local para a paz; realizar treinamentos ou processos formativos e de empoderamento comunitário sobre temas de paz; articular conversas projetivas e proativas para acordar um plano de ação pela paz definido pelas organizações sociais e comunitárias de Cabo Delgado. É fundamental que a comunidade internacional e as autoridades nacionais considerem adequadamente estas outras formas de alcançar a paz em Cabo Delgado.

